



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE BELÉM

Ata da 2ª Sessão Ordinária / 28 de junho de 2023

PREÂMBULO

---Aos **vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e vinte e três** realizou-se, pelas **vinte e uma horas**, nas instalações do Centro Social de Belém, na Rua 11, Bairro de Belém (Terras do Forno), a **2.ª Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Belém 2023**, convocada nos termos legais, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

---**Ponto 1** – Intervenção do público; -----

---**Ponto 2** – Período antes da Ordem do Dia; -----

---**Ponto 3** – Apreciação e aprovação da ata da reunião de 27/04/2023; -----

---**Ponto 4** – Apreciação e aprovação da 2.ª Revisão ao Orçamento e Opções do Plano de 2023 (PPI e PPA); -----

---**Ponto 5** – Apreciação e aprovação da revisão ao Mapa de Pessoal para 2023; -----

---**Ponto 6** – Apreciação e ratificação do contrato interadministrativo de delegação de competências e de cooperação entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Belém para concretização de intervenções no âmbito dos Eixos Programáticos (2021/25); -----

---**Ponto 7** – Apreciação e ratificação da adenda a contrato de delegação de competências entre a Junta de Freguesia de Belém e a Câmara Municipal de Lisboa relativo a vários projetos (“Nova Geração de CDC”) (até dezembro de 2023); -----

---**Ponto 8** – Apreciação e ratificação do contrato interadministrativo e de cooperação entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Belém com vista à otimização das infraestruturas e recursos ao nível da Higiene Urbana (2023); -----

---**Ponto 9** – Apreciação e ratificação de contrato de delegação de competências entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia de Belém para recolha de resíduos indevidamente depositados junto de ecopontos de superfície, ecopontos subterrâneos e vidrões (2023); -----

---**Ponto 10** – Apreciação e ratificação do Regulamento da 9.ª Edição da Corrida de Belém 2023;

---**Ponto 11** – Apreciação e aprovação do Regulamento para Atribuição de Bolsas de Desporto a Jovens dos 6 aos 16 anos residentes na Freguesia de Belém (Ano Letivo 2023/2024); -----

---**Ponto 12** – Apreciação e aprovação do Regulamento de Atividades Físicas e Desportivas da Junta de Freguesia de Belém (Ano Letivo 2023/2024);

---**Ponto 13** – Apreciação e aprovação de alterações ao Regulamento do Psicobelém – Gabinete de Apoio Psicossocial da Freguesia de Belém;

---**Ponto 14** – Informação escrita do Presidente. -----

---A sessão foi presidida por Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia (PSD), e secretariada por Teresa Rosalina Martins Carvalho (PSD), Primeiro Secretário, e Maria Antónia Bairrão Pombo dos Santos Rodrigues Balula Santos (PSD), Segunda Secretária. Além dos elementos que integram a Mesa, compareceram os seguintes Eleitos: -----

---Fernando Manuel Magiolo Magarreiro (PSD)-----

---Samuel Simão Ramos Cerca Serrano (PSD)-----

---Diogo Afonso de Belfort Cerqueira Pereira Henriques (CDS-PP)-----

---Filipa Machado Vaz, em substituição de Francisca Albuquerque Matos de Sampaio (CDS-PP)-

---Patrícia de Barros do Sacramento Campos (PS)-----

---Tiago Miguel Fernandes Veloso (PS)-----

---Fernanda Maria Bingalinha dos Santos Paredes (PS)-----

---Josué Carlos Marques Caldeira (PCP)-----

---Pedro Ribeiro Ferreira de Lancastre, em substituição de Ana Mafalda Sim-Sim Neves (IL)-----

---Constatada a existência de quórum, o **Presidente da Assembleia de Freguesia** declarou aberta a sessão. -----

PONTO 1 – Intervenção do público

--- José Nunes (Munícipe) ---

Sr. Presidente, antes de começar, temos um documento que queremos distribuir. Posso entregar na Mesa?

Eu venho em representação da Associação de Pais e Encarregados de Educação do Jardim de Infância de Belém. Nós vimos na sequência da última Assembleia de Freguesia, em que também tomámos a palavra sobre a preocupação que temos tido com o estado de degradação em que se encontra a escola em questão, do ensino pré-escolar.

O documento que apresento, o ponto que é relevante é apenas o Ponto n.º 1, os outros são assuntos relacionados com a Câmara, mas tem a ver com uma reunião que tivemos na sequência da última intervenção que tivemos na Assembleia de Freguesia, tivemos uma reunião com o Departamento de Educação da Câmara Municipal de Lisboa, a propósito das questões da competência legal para assegurar a manutenção do edificado – no caso, daquele estabelecimento escolar.

E aquilo que nos preocupou na reunião que tivemos com a Câmara Municipal de Lisboa foi o facto de a Câmara Municipal de Lisboa ter o entendimento de que a manutenção, na sequência da reorganização administrativa da cidade de Lisboa, operada pela Lei n.º 52/2013 (se não me engano), ter passado a ser uma competência própria da Junta, e como tal, ser uma competência não delegável.

Aquando da nossa última intervenção, o Sr. Presidente da Junta tinha referido que a questão da manutenção estava dependente do respetivo envelope financeiro a ser feito pela Câmara Municipal de Lisboa, e a razão também de estarmos aqui é porque esta interpelação não é só ao Executivo, é também à própria Assembleia, na pessoa dos eleitos e da respetiva Mesa, poder haver aqui uma questão legal complexa, porque estamos perante um conflito negativo de competência, ninguém assume a competência, e a posição da Câmara Municipal de Lisboa é que estamos perante uma competência própria da Junta de Freguesia. Ora, sendo uma competência própria – e haverá aqui certamente juristas, se é uma competência própria, não há lugar a delegação de competências, e não havendo lugar a delegação de competências, os recursos financeiros para a gestão do Jardim de Infância de Belém devem ser providos pela Assembleia da República, através do Orçamento de Estado.

E portanto, nós gostávamos, sem prejuízo de voltarmos a interpelar a Câmara Municipal de Lisboa sobre este e outros assuntos, gostávamos de saber, quer a opinião do Executivo sobre esta posição que a Câmara tomou, se ela é do conhecimento do Executivo, qual é a posição que o Executivo tem em relação a esta interpretação da Legislação em vigor, e também qual seria a opinião dos Grupos Parlamentares representados sobre este assunto.

--- Presidente do Executivo ---

Antes de mais, quero agradecer a presença de todos aqui, e fazer uma saudação muito especial a todas as pessoas que nos estão a ouvir através da Rádio Freguesia de Belém, que está neste momento no ar, e por isso mesmo, podemos chegar a mais pessoas. Felicitá-los por estarem aqui a participar nesta nossa reunião.

Antes de passar a palavra à minha colega Helena Lencastre, eu só quero dizer mais uma questão, para ficar frisado – não é sacudir a água do capote, mas desde a reforma administrativa de Lisboa estamos à espera – mas, não é isso que nos impede de irmos atuando, numa perspetiva construtiva – estamos à espera de ser reorganizado outra vez este sistema, porque todo o sistema de delegação de competências implica duas questões: passar as competências e passar o pacote financeiro. E repito, só foram passadas para a Junta de Freguesia as competências, pela Lei, e nunca foi passado o pacote financeiro. O pacote financeiro que nós temos foi única e simplesmente o que já tínhamos com uma delegação de competências.

As competências próprias nunca foram passadas, tem sido dramático, nós estarmos a assumir competências para as quais não nos passaram o pacote financeiro. Podíamos dizer “acabou”, não assumimos mais nada, e vamos embora, não tratamos de mais nada, mas temos uma perspetiva de Estado para tentarmos resolver a situação, para dar tempo para a Câmara resolver. Mas, reparem, isso já vem desde 2013, 2014. Ainda me lembro, só à quarta ou quinta puxadela no vestido da Sra. Vereadora de então, Graça Fonseca, é que ela me respondeu assim, que nunca mais me esqueci: “Mas, como é que você quer que eu lhe passe o dinheiro, se nós nunca tivemos dinheiro para isso?” E eu disse: “Está a passar-nos as competências, temos de ter o dinheiro.” Aliás, é o que o Governo está a tentar fazer agora para as autarquias, para as Câmaras, é passar as competências da saúde, neste momento, para eles, sem passar o dinheiro, e há alguns que não querem. Na altura não pudemos dizer que não, mas estávamos com esperança de que aquilo em breve fosse resolvido, e estamos a dar tempo para isso, e temos esperanças de que isso ainda seja resolvido agora, com este atual Executivo, estamos a trabalhar nesse sentido.

Mas, é preciso estar ciente de que, desde 2013, estamos a assumir competências que nos foram passadas por Lei da Assembleia da República, mas não nos foi passado o envelope financeiro, e podíamos, com base nisso, declinar completamente quaisquer responsabilidades neste processo, o que era fácil para nós, que isto é uma coisa objetiva. Mas, não, estamos, nesse aspeto, a tentar resolver o melhor possível.

Eu vou passar, de qualquer forma, para haver maior precisão nesta resposta, porque estamos numa perspetiva construtiva, aqui à Dra. Helena Lencastre, que tem o pelouro da educação, para explicar melhor o que é que se está a passar sobre essa matéria.

--- Helena Lencastre (Vogal) ---

Eu fico muito admirada com esta reunião e com esta questão, porque não me perguntaram, nem a Eng.ª Susana Geraldes me questionou, nem soube, e depois do dia 20 já se passaram dias, eu não fui nem ouvida.

Mas, é o seguinte: o conflito não existe. É o seguinte: como eu disse na última reunião de Assembleia de Freguesia, a competência não passou para a Junta até abril, em que a Eng.^a Dulce me enviou os documentos que faziam parte da obra, ou seja, as peças da Escola do Jardim de Belém, que eu, ao longo destes oito anos, desde 2015 até hoje, fui pedindo, em vários *e-mails*, várias vezes que estive com os Vereadores. Desde essa altura, como eu disse naquela reunião, estou a estudar todos os documentos que eu tenho que estudar para ver o que são AVAC's, o que não é, para fazer essa manutenção mais específica. E por isso é que eu não pude fazer essa manutenção mais específica, e aleguei sempre à Câmara que não tinha os dados técnicos para o fazer.

Segundo, a manutenção – pequena manutenção – está a ser feita por nós, toda. Há uma peça ou outra do lavatório ou do autoclismo que não funciona tão bem, sistematicamente vamos lá, pequenas coisas, está a ser feita.

Não há conflito; houve falta de dados técnicos em muitas escolas, desde o Jardim de Belém aos Moinhos e ao Bairro, que eu só recebi em abril deste ano os dados técnicos destas escolas, e avisei a Câmara diversas vezes que não tinha como fazer a manutenção.

Portanto, eu disse isto na última Assembleia de Freguesia, eu informei-vos e disse-vos isso também na reunião que tivemos em fevereiro.

E portanto, aquilo que eu estou aqui espantada é que foram reunir e vão dizer, mas a mim, não me perguntam mais nada. E a informação que eu dei aqui, na última Assembleia, foi que eu ia tratar disto, e estou. Ainda hoje falei com a Eng.^a Dulce, estamos a tratar das coisas, dos pormenores técnicos, porque eu não posso fazer manutenção do que não tenho pormenor técnico.

Eu não me recuso a fazer nada, desde que esteja dentro da competência, e o que o Sr. Presidente falou foi na questão das verbas. Eu não tenho verbas, por exemplo, para a segurança. E a questão que o Sr. Presidente falou foi que na verba da segurança – e o Eng.^o Paulo Agostinho falou, já me informou, foi que não há verba, nem para o fardamento, nem para a segurança, porque o pelouro da educação não tinha verba, porque recorria aos outros pelouros da Câmara. E portanto, ele não pôs verba porque não era a verba dele. E portanto, aparece uma verba zero no Orçamento.

E por isso, nós várias vezes alertámos, ao longo destes dez anos em que temos esta competência, de que estamos a fazer a manutenção, estamos a fazer as coisas, mas não há verba. E também já informei os quatro Vereadores que tive ao longo destes dez anos que tenho mais de cento e tal mil euros para ser ressarcida da Câmara, das várias verbas, destas pequenas verbas, e dos auxiliares, e dos acertos de contas, e do gás, e da eletricidade. Portanto, estou à espera que me chamem para uma reunião ao longo destes dez anos, para acertar verbas. A última que tive, a nível de verbas, foi há dois anos, e no meio da pandemia, por videoconferência, até hoje não me responderam, depois de todos os *e-mails* e pedidos específicos que eu mandei.

Portanto, eu estou a fazer o meu trabalho, tenho muita pena que o JI e as outras escolas estejam com essas dificuldades, mas eu não tinha. E na última reunião, eu prometi que ia fazer, desde que tivesse os dados técnicos. Já os tenho, e por isso agora vou trabalhar neles.

A minha resposta é esta.

--- Fernanda Paredes (PS) ---

Uma vez que nos interpelou nesse sentido, o que lhe posso dizer é que na última Assembleia, quando veio aqui colocar esta questão, ficámos com a perceção de que, de facto, havia a necessidade de pequenas reparações, que também nos parece que é competência da Junta de Freguesia, dentro das escolas, as pequenas reparações – pelo menos conforme aqui foram anunciadas. E na altura – e conforme a ata, aliás – tive a oportunidade de referir que temos uma Junta de Freguesia com uma saúde financeira estável e confortável, com um saldo de gerência na ordem de 1.000.000€, e que exatamente este exemplo era aquele que não deveria acontecer, embora se possa discutir as competências – e, efetivamente, não vou entrar aqui também numa discussão jurídica. É objetivo, é uma questão de encontrar dentro da delegação das competências a sua descrição.

Mas, também face à situação financeira que o Executivo e a Junta de Freguesia têm, estas situações podiam perfeitamente ser resolvidas para o bem-estar das crianças e da comunidade educativa.

Também me parece, pelo que aqui nos está a ser apresentado pela Sra. Vereadora, que a dificuldade se prende mais com dados técnicos do que propriamente com questões financeiras.

Portanto, nós pensamos que, com boa vontade, esta poderia ser, de facto, uma situação fácil de resolver.

--- Pedro Lancastre (IL) ---

Eu tinha, em primeiro lugar, uma pergunta a fazer. Como eu sou uma pessoa de números, gosto de ver as coisas com números. Qual é que é o valor de manutenção anual de que estamos a falar aqui, do jardim de infância? Estamos a falar de 100.000€? 20.000€? 30.000€? Não sei qual é esse valor.

E custa-me ver uma coisa que é tão importante aqui para a Junta de Freguesia estar presa por questões técnicas, ou de competências, sejam elas da Câmara ou da Junta. E acho que a Junta deve assumir a responsabilidade de, enquanto isso não for resolvido, poder ajudar o jardim de infância nesta questão.

Mas, como não sei quais são as verbas, gostaria que me elucidassem sobre esse valor, pelo menos as da manutenção – não falo aqui do aumento do recreio, porque também com certeza terão uma verba para isso.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Relativamente a esta questão, eu gostaria de dar informação aqui à Assembleia, que na sequência da presença da Associação de Pais na última Assembleia de Freguesia, nós tomámos a iniciativa de visitar a escola, e fizemo-lo acompanhados de representantes do Gabinete de Vereadores do PCP na Câmara Municipal de Lisboa. Visitámos a escola, fomos recebidos pela Associação de Pais, pela Coordenadora da escola, e visitámos todo o equipamento.

Desta reunião resultou um requerimento que apresentámos, e que já enviámos no dia 23 de maio ao Sr. Presidente da Câmara, onde colocamos, de forma muito objetiva, perguntas que tentam encontrar uma solução para a resolução dos problemas em concreto. Este requerimento que apresentámos ainda não foi sujeito a resposta, mas certamente que iremos aproveitar a resposta para continuar a contribuir para que este problema se resolva.

Eu acho que é importante respeitarmos o quadro de atribuições e de competências, mas eu creio que esta situação é uma situação que, com bom senso e com disponibilidade para a resolução de um problema que é, de facto, relevante, porque não são coisas de pormenor e de pequeno detalhe, que quer a mãe que aqui nos trouxe, quer também aquilo que nós vimos na visita que fizemos à escola, são coisas em matérias sensíveis, de segurança, de conforto e de funcionalidade da escola que merecem uma atitude mais determinada na sua resolução.

Eu creio que a Assembleia de Freguesia devia recomendar vivamente à Junta de Freguesia que no mais curto espaço de tempo tentasse resolver isto junto da Câmara.

E relativamente às intervenções que são solicitadas pela Associação de Pais, eu creio que o ponto que nós vamos discutir um pouco mais à frente poderia ser uma resposta para este tipo de preocupações. Nós vamos discutir um contrato de delegação de competências, isto é, competências que são da Câmara, que, por este contrato, vão passar a ser realizadas e executadas pela Junta de Freguesia, com um determinado pacote financeiro.

Eu creio que, à semelhança daquilo que é feito nesta proposta que temos em cima da mesa, com a Escola Paula Vicente, onde vai ser adquirido mobiliário de salas de aula, com a Escola Secundária Marquês de Pombal, onde vai ser desenvolvida uma intervenção no ginásio, creio que neste contrato de delegação de competências caberia também, e era uma forma inclusivamente de a Junta pressionar a Câmara para resolver este problema, caberia também uma iniciativa de requalificação naquilo que é necessário do Jardim de Infância de Belém. E era uma forma, se calhar airoso, de resolver definitivamente o problema.

Creio que, de qualquer forma, isto poderá passar por uma resolução formal da questão, mas eu creio que com bom senso e com determinação das duas partes, isto consegue-se fazer.

--- José Nunes (Munícipe) ---

A interpelação é a seguinte: eu desconheço o Regimento que rege esta Assembleia de Freguesia, mas penso que não permitir o contraditório – eu poderia aproveitar aqui este espaço para falar, não o vou fazer, mas peço aos deputados eleitos que pensem em atribuir a possibilidade de exercer o contraditório a quem intervém. O não exercício de contraditório permite à Junta de

Freguesia dizer coisas, algumas das quais não estão corretas – eu não vou aqui contestar, porque isto é uma interpelação à Mesa, não estou a interpelar o Executivo, mas deveria fazê-lo, porque não permite o cabal esclarecimento dos cidadãos e dos fregueses uma situação em que se faz uma interpelação, a interpelação é respondida, e não há lugar a contraditório. E é uma sugestão que eu deixo.

--- Presidente da Mesa ---

Agradeço a sua sugestão, isso será uma matéria que poderá e terá que ser ponderada e, enfim, fica à consideração dos vários grupos políticos, a alteração do próprio Regimento, se assim o entenderem. Por mim, não vejo problema nenhum nisso, sendo certo que a lógica de intervenção do público – hoje, por acaso, só tivemos a sua intervenção, e inclusivamente eu disse-lhe que poderia usar de mais tempo do que o normal – a lógica é que a questão é colocada, o Executivo responderá na sua medida, mas de alguma forma o contraditório também pode ser feito pelos grupos políticos. Ainda agora nas intervenções que ouvimos, ouvimos pelo menos um grupo político que nos disse que tinha inclusivamente visitado, e que tinha indagado, e que tinha recolhido informação, e essa informação serve também no debate que nós travamos, porque as leituras não serão forçosamente as mesmas, e cada grupo terá que fazer também – e fará – o seu trabalho de casa e a sua preparação para estas Assembleias.

--- Presidente do Executivo ---

Antes de mais, agradeço o interesse dos pais, da Associação de Pais do Jardim Infantil de Belém, por estarem aqui a fazer pressão, no bom sentido da palavra, para que as situações mais prementes do jardim infantil sejam resolvidas.

Mas, atenção, há uma questão que para nós é fundamental: às vezes uma coisa que não é bem verdade, dita várias vezes, até parece que é verdade. Rejeito completamente que não tem sido feito nada no Jardim Infantil de Belém. Isto é, temos ido para além do que o que somos obrigados a fazer, porque se quiséssemos, não fazíamos nada e lavávamos as mãos. Nós temos, com base na nossa política de gestão criteriosa que temos, que mesmo depois da Covid conseguimos manter a situação mais ou menos limpa, apesar de termos perdido muito dinheiro, conseguimos ainda ter uma margem de conforto que nos permite ir para além disso.

De qualquer forma, o que eu lhes digo, nós, para pequenas reparações nas escolas, temos cerca de 14.500€ para obras nas escolas. E elas tiveram obras, têm custos completamente disparatados, que não têm nada a ver com, na altura, quando foi feita essa reforma administrativa de Lisboa. Isto disparou tudo completamente – e nem estou a falar em pessoal, estou a falar nos custos de manutenção.

Tivemos um apoio para a parte da energia, de oitenta e tal mil euros, para tudo – para as escolas, para a piscina, para tudo – este ano, excepcionalmente, que nos deu esta Câmara, e é isso que nos está a ajudar. Mas, rejeito completamente. Tudo o que eram obras necessárias para funcionar – e faço o desafio para me dizerem concretamente coisas muito urgentes que não estão a ser feitas – muito urgentes – tudo o que foi feito de principal, tem sido feito. Agora, se é mais uma coisinha lá para pôr numa janela, para aquilo não abrir, tal e tal, mais outra coisa aqui e acolotro,

isso é outra história. Estou a falar de coisas principais, para que não deixem de funcionar os jardins infantis e não mandem as criancinhas para casa, com o argumento de que a escola não está operacional.

E reparem, a política é a arte do possível, estou farto de dizer isto. Nós temos responsabilidades na matéria, temos que ser objetivos e práticos. E por isso mesmo, o Jardim Infantil de Belém objetivamente até hoje não fechou, e está a funcionar. Por quê? Porque nós temos ido para além do nosso Orçamento, tudo, sempre que é necessário fazer mais alguma obra urgente e premente, temos estado a fazer isso, para dar tempo à Câmara para resolver o outro problema mais genérico que temos que fazer, porque, repito, isso mantém-se, desde o início que isto foi mal feito, desde 2013, há dez anos que andamos nisto. É verdade, há dez anos. Isto é um esforço, deviam dar-nos uma comenda por nós aguentarmos isto durante dez anos, sem verbas para isso.

Por isso mesmo, desafio-o para dizer coisas tão importantes que deixaram de ser feitas no Jardim Infantil de Belém, e coisas importantes que fizessem com que o jardim tivesse de fechar – e não fechou até hoje.

Depois, Sr. Pedro Lancastre, da IL, qual o valor mensal para manutenção do jardim infantil, depende muito. Nós temos várias instalações, neste momento não posso dizer concretamente, só sei que a verba que temos não dá para isso. 14.500€ para as escolas todas, não dá para manutenção. Portanto, é sempre navegar à vista. Nós estamos a navegar à vista nas manutenções, porque estamos a pôr dinheiro por fora, porque não há dinheiro para aquilo. Mas, como é uma prioridade, de facto, a educação, vamos tentando fazer o impossível. O que temos não dá para isso neste momento, os 14.500€, para todos os sítios.

Sr. Josué Caldeira, do PCP, mandou um requerimento à Câmara sobre as competências da educação. É pena não mandar também para a Junta, para conhecimento, e só mandar para a Câmara, porque talvez isso fosse mais construtivo.

A Câmara vai lá, diz que faz, e vai-se embora várias vezes. O que tem acontecido neste diálogo, não tem sido realmente uma boa relação com a parte da educação nesse aspeto, porque dizem que vão lá resolver os assuntos, muitas vezes, e depois não vão. Vou dar-lhe um exemplo: no outro dia tivemos de recorrer a empresas privadas para resolver assuntos que era a Câmara que tinha que resolver – por exemplo, na Escola dos Moinhos do Restelo, estou a lembrar-me, houve lá um problema, “não pode ser, a partir dali já não somos nós”, desculpas para tudo e mais alguma coisa.

Quer dizer, se nós fôssemos numa perspetiva de fecharmos a torneira, acabou, fechava a escola, ia tudo para casa. Não estamos nessa perspetiva, estamos numa de colaborar, e por isso mesmo, temos feito isso desde o início. Sentimos que há boa vontade, mas não há é grande dinheiro para isso. E por isso mesmo, nós temos estado a navegar à vista, e temos estado a cumprir e a fazer pequenas obras, para além do orçamento que nós temos – que, repito, são 14.500€ para tudo; imaginem quanto é que é o preço de uma fechadura, só para terem uma ideia. Por isso mesmo, não dá, neste momento. Sabemos há dez anos que esta é uma verba completamente insuficiente,

todos os anos falamos nisso com as diferentes Câmaras que já tivemos, de um lado e do outro, e a situação mantém-se desde o início, porque eventualmente, não acredito que tenha sido dolosamente, mas foi para despacharem a situação, varrerem para as Juntas isso, como agora o Governo está a tentar varrer para as Câmaras também outro tipo de competências. E depois dizem que as Câmaras agora que resolvam, e antigamente a Câmara de Lisboa, na reforma administrativa, foi “a Junta de Freguesia agora que resolva”. Mas, isso passou-se também com vários colegas nossos, sabemos nós.

Tivemos uma coisa positiva, foram as obras de manutenção de várias escolas aqui, de facto – às vezes eu até dizia na brincadeira, “deixem-nos ao menos ter metade das obras que foram feitas na Musgueira”, tiveram duas escolas forradas a mármore. Neste momento, já temos as escolas realmente com obras, só que estas obras ocasionaram despesas de manutenção muito superiores, não têm nada a ver com o que antigamente tínhamos que pagar. Já não estou a falar nas despesas com o pessoal – reparem, na altura que negociámos isso, o salário mínimo era quinhentos e tal euros, agora é quase 800€, nada foi regularizado, e isto mete muita gente que está a trabalhar nas escolas, os nossos colaboradores, estamos nós a pagar isso tudo sem termos sido atualizados. E na parte dos custos de manutenção, a mesma coisa.

Portanto, não é estarmos aqui a lamentar-nos; estamos a falar a verdade objetiva, é esta. Não temos os braços cruzados, estamos a tentar resolver, mas há uma coisa que lhes garanto: as obras prementes não deixam de ser feitas, diretamente ou através de empresas privadas, como já aconteceu quando a Câmara se recusou a atuar, algumas vezes em que nós achámos que era a Câmara, mas para não prejudicarmos mais as escolas, atuámos mesmo, e até foi com empresas privadas – desentupir os esgotos, e por aí fora – porque de outra forma tínhamos de fechar a escola.

Até achava que as Associações de Pais nos deviam agradecer o esforço que fizemos e os resultados objetivos que conseguimos.

--- José Nunes (Municípe) ---

Sr. Presidente, tendo em conta que houve uma interpelação da parte do Sr. Presidente da Junta, eu pedia autorização para responder.

Então, eu informava o Sr. Doutor, na qualidade de Presidente da Mesa, do seguinte: eu acho que o Sr. Presidente da Junta usou aqui um instrumento retórico, que é normal no âmbito da luta política, em que estamos a confundir aqui dois planos: uma coisa é a escola não ter condições de funcionar e ter que fechar, por razões de salubridade ou de perigo iminente; outra coisa é haver necessidade de melhorias que garantam uma maior fruição do espaço escolar. Ninguém aqui falou que a escola estava em risco de fechar, ou nada que se parecesse.

Quanto ao pedido que foi feito, eu dou um exemplo – esse exemplo já foi vastamente falado com a Dra. Helena Lencastre, e inclusive foi por nós abordado na reunião que tivemos com a Câmara – é o exemplo das três varandas abertas que existem no edificado, em relação às quais já foi pedido, quer pela escola, quer pela associação de pais, a colocação de redes de segurança –

estamos a falar de uma parede que tem um varandim com cerca de um metro e dez, facilmente uma criança se mete às cavalitas de outra e pode saltar. As varandas no rés-do-chão têm cerca de três metros de altura, no primeiro andar terão cinco metros e meio, sensivelmente. E é o exemplo de uma obra que está dentro da manutenção – aliás, quando falámos com a Câmara, a Câmara disse que achava que também não lhe competia fazer isso, porque não é uma alteração do edificado, nem implica projeto.

E portanto, como foi feito esse desafio, eu dava só este exemplo das redes de proteção das varandas, que neste momento impede as educadoras de ter as crianças nos locais sem estarem permanentemente em vigilância por causa do perigo. É óbvio que não é um perigo diário, mas é um perigo potencial de queda.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Eu posso dar um outro exemplo do que mais me impressionou na visita à escola, respondendo ao desafio que o Presidente da Junta fez. A porta exterior do refeitório, que liga ao recreio – e portanto, ligação direta com a rua – está há três anos sem funcionar, está retirada. E esta entrada, que está em contacto direto com o exterior, é apenas protegida por uma portada interior – uma portada que não isola, não veda, há três anos que está assim na porta. E a porta está lá, encostada à parede. E as crianças tomam as refeições numa sala que tem estas condições de funcionamento. Eu acho que isto é um caso, que eu acho que é impressionante.

--- Presidente do Executivo ---

(...) mas, nós temos sucedaneamente pessoas sempre atentas ali, para as crianças estarem ali. Essa questão não está inviabilizada. Se é um problema tão importante, tão importante, e estamos numa situação tão drástica de falta de verbas, estão com esse problema, esse problema está, para já, resolvido, têm lá vigilantes a tratar das crianças – não têm rede, mas têm vigilantes. Primeiro aspeto.

O Sr. Membro da Assembleia de Freguesia, Josué Caldeira, fala das portas, mas pelos vistos há uma portada. Quer dizer, se é blindada, não é blindada, mas há uma portada que corta o acesso para o outro lado. Quer dizer, isto é que são os problemas tão importantes em que vocês neste momento estão a pensar? Realmente, vivemos num país das maravilhas – não estou a dizer que devia ir para a Ucrânia, mas pronto, pelo menos tem a sorte de viverem na Europa, num país que é das maravilhas, que são os grandes problemas que os afligem. Acho bem, temos que tentar ir resolvendo isso, mas numa altura em que estamos com falta de verbas, em que está uma reunião marcada para dia 9 de julho, ou isso, com os responsáveis da Câmara, que andamos a tentar resolver isso, são os vossos problemas não ter uma rede, substituída por responsáveis que estão lá com as crianças numa varanda, e não ter uma porta principal, ou blindada, ou não sei o quê, mas tem uma portada – quer dizer, são os grandes problemas? Estamos conversados.

PONTO 2 – Período antes da ordem do dia

--- Diogo Belfort (CDS-PP) ---

Gostávamos de apresentar uma moção e um voto, que colocamos à votação, mas deixamos também à consideração de todos os Grupos poderem subscrever, se assim o entenderem.

Um voto de saudação pela representação da freguesia nas Marchas de Lisboa deste ano, que passo a ler.

“Tendo terminado as tradicionais Marchas de Lisboa, a presença da freguesia com a Marcha de Belém teve um honroso resultado de décimo terceiro lugar, o melhor alcançado em muitos anos.

A Assembleia de Freguesia de Belém saúda e dá os parabéns aos cinquenta marchantes, ao ensaiador, aos padrinhos, aguadeiros, mascotes, porta-estandartes, costureiros, ao autor das músicas e letras, e especialmente ao Belém Clube pela organização, e ao coordenador da marcha, que conseguiram juntar com sucesso tantas vontades de tantas pessoas desta freguesia.

Saudamos ainda a participação de seis crianças da EB Moinhos do Restelo, EB de Caselas e Jardim de Infância de Belém, integradas nas marchas infantis.”

Está subscrito pelo CDS e pelo PSD.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Se aceitarem, o PCP subscreve essa proposta.

--- Tiago Veloso (PS) ---

E o Partido Socialista também.

--- Diogo Belfort (CDS-PP) ---

A seguinte moção é um protesto pelos constrangimentos na expansão das linhas de Metro.

Passo a ler:

“Os trabalhos e as obras realizadas pelo Metropolitano de Lisboa, por causa das linhas circular e vermelha, têm causado graves problemas no trânsito aos lisboetas, incluindo nos transportes públicos.

Mais grave ainda para a Freguesia de Belém, que foi mais uma vez esquecida no plano de expansão da rede de Metro, mas é igualmente afetada pelas consequências na mobilidade da cidade.

A insistência na linha circular, que não beneficia os lisboetas e fecha a possibilidade da necessária expansão a ocidente, vem, por falta de planeamento da mitigação dos impactos das obras, trazer um insulto à já conhecida desconsideração a que a população de Belém tem vindo a ser votada.

A Assembleia de Freguesia de Belém protesta junto do Metropolitano de Lisboa e do Governo pela insistência neste rumo danoso para a freguesia.”

Está subscrita pelos membros do CDS e do PSD, Sr. Presidente.

- Moção "Marchas de Lisboa". *Colocada a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade*. -----

- Voto de Protesto "Obras do Metropolitano de Lisboa". *Colocado a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade*. -----

--- Tiago Veloso (PS) ---

Eu queria passar já para o tema, que é a Jornada Mundial da Juventude. Vai decorrer daqui a pouco mais de um mês, nós sabemos que é um evento que, pela sua dimensão, para o que se espera que seja a sua dimensão, vai trazer constrangimentos a toda a cidade, vai envolver a Câmara Municipal, todas as Juntas de Freguesia.

E não existindo nenhuma comunicação por parte do Executivo, nem nenhum ponto nesta reunião, eu questionava o Sr. Presidente e o Executivo se existem diligências por parte da Junta de Freguesia com a Câmara Municipal e com a organização das Jornadas, para o que se poderá passar aqui na freguesia, para os constrangimentos que se esperam e que é natural que existam, se estão a pensar em reforçar a higiene urbana, ou ter especial atenção à higiene urbana, tendo em conta que vamos receber muitos milhares de peregrinos e de visitantes na freguesia, e também pela preocupação, como acontece em toda a cidade, e penso que poderá acontecer aqui, de que existirão equipamentos, tanto escolas, como outros equipamentos da Junta e da autarquia que serão utilizados, que existam constrangimentos, por exemplo, para as CAF, para as atividades escolares – o que é que está a ser preparado, e até que ponto é que a Junta de Freguesia está preocupada, e que informação é que nos pode dar, tendo em conta que este é um tema importante, no próximo mês e meio, e não vai haver outra reunião da Assembleia, em princípio.

--- Diogo Belfort (CDS-PP) ---

Certamente por falta, o Sr. Membro da Assembleia de Freguesia falou na organização em si, da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia. Esqueceu-se apenas de um parceiro, que até é o mais relevante, tanto na questão da segurança, como no plano de mobilidade, de que se continua à espera, que é o Governo, e foi certamente por lapso que não o referiu, a quem tenho a certeza que também pedirá explicações.

--- Tiago Veloso (PS) ---

Eu não estou a pedir explicações ao Governo, nem à Câmara Municipal; estou a perguntar ao Sr. Presidente e ao Executivo.

--- Presidente do Executivo ---

Sobre esta matéria, como devem calcular, estamos, sem alarmismos, a preparar-nos para esse evento, que nunca houve algo desta dimensão – apesar de estarmos habituados a eventos de grande dimensão aqui na nossa freguesia.

Eu depois vou passar aqui ao Dr. Tiago Pessoa, para falar um pouco mais na questão da higiene urbana, mas posso dizer-lhes que estamos neste momento a abrir concurso para pelo menos uns dez assistentes operacionais de que temos necessidade neste momento, porque houve várias reformas também, e aproveitamos mesmo para os pôr no quadro. Neste momento recrutámos, porque é preciso.

Mas, de facto, apesar de estarmos longe do Parque Tejo, do outro lado da cidade, vamos ficar também muito cheios, vai ser uma loucura autêntica – apesar de ter sido uma loucura também nos últimos dias, tivemos aqui até Fórmula 1, e o Festival Japonês, e agora vamos ter, na sexta-feira, o Festival Tailândia, está sempre em festa.

Bem, o que acontece, vamos ter aqui, de facto, no Jardim Vasco da Gama, o Parque do Perdão, onde vão haver cento e cinquenta confessionários na cidade de Lisboa, para as confissões, vamos ter uma zona com um palco e com algumas atividades na Praça do Império também, e vamos ter uma zona de *catering*, para a qual temos estado a ter ligações também, com trinta a quarenta *street food*, naquela zona do parque de estacionamento ao pé do Museu da Marinha, que vai ser aí um grande sítio para as pessoas comerem e beberem, muita gente, isto vai ficar cheio. E portanto, também se está a preparar isso.

Vamos manter as outras situações que temos espalhadas pela freguesia. Vamos ter acampamentos, por exemplo, no Estádio do Restelo, que nós tivemos, como recinto improvisado, de aprovar essas condições, porque é uma coisa nova, teve de ser entre nós e a Câmara, ficámos nós de aprovar esse tipo de situação. Também vamos conceder apoio para ficarem a dormir em alguns espaços nossos, nomeadamente aqui no Centro Social, várias pessoas, vamos ter isto ocupado de manhã à noite, com muita gente aqui a dormir, que implica um protocolo que, depois, face à situação, terá que ser ratificado por V. Exas. – já não vai, se calhar, ser antes, mas depois, para ratificar, preferimos que seja assim. Por quê? Porque pode haver problemas, até relacionados com os seguros, e por aí fora. Ao princípio não pareceu muito boa ideia estarmos a dizer, porque há situações de emergência, mas, de facto, as Jornadas Mundiais da Juventude preferem fazer protocolos para esse efeito.

Obviamente que as Juntas de Freguesia são sempre os organismos que estão, por essência, disponíveis e abertos à comunidade, e então em eventos destes, tem que ser mesmo, temos que estar escancarados. Mas, depois, se calhar, trazemos cá para ratificação, porque não vai dar tempo.

Portanto, ainda não estão definidas essas isenções, estamos em negociações com o Comité Executivo das Jornadas Mundiais da Juventude. Há uma coisa que é certa, vamos dar a maior colaboração possível. E o facto de estarmos na zona contrária, não quer dizer que vamos ter muito pouco movimento; não, isto vai ficar cheio, temos consciência disso, ainda por cima porque vai haver uma iniciativa também do Papa com os voluntários, na zona de Algés, que vai inevitavelmente ter repercussões também aqui. Portanto, estamos preparados para o pior e para o melhor – por um lado, é bom sinal, é sinal de que os povos estão vivos, e que estão a tentar

celebrar esta ocasião o melhor possível, com a receção à Sua Santidade, o Papa. Mas, estamos a preparar-nos de uma forma muito realista para isso, e para darmos o maior apoio possível.

Claro que na parte dos resíduos sólidos também, e aí é muito importante – aliás, hoje vêm aqui algumas delegações de competências da Câmara, na prática, reiterando. É evidente que, para o ano, esperemos já ter melhores condições, este ano ainda teve que ser assim, porque já estamos nesta altura do ano, ainda não houve revisão. Para o ano já teremos verbas superiores, estou convencido de que os critérios serão outros. Mas, isso é importante para nós podermos ter meios humanos e materiais, e mecânicos, para ajudar a resolver mais esse problema, porque vai ser uma loucura com os dejetos e o lixo propriamente que isto vai fazer, com estas pessoas todas aqui.

Mas, se o Sr. Presidente permitisse, daria aqui a palavra ao Dr. Tiago Pessoa, só para esclarecer um pouco melhor isto, se faz favor.

--- Tiago Pessoa (Vogal) ---

Bom, relativamente aos temas da higiene urbana, dar também mais alguma informação detalhada, que acho que é importante para todos.

Nós temos, de facto, vindo a reunir com o Direção Municipal de Higiene Urbana ao longo destas últimas semanas e meses, reuniões de trabalho entre o responsável pela organização logística de todo o apoio que vai ser dado na higiene urbana aqui na freguesia, temo-lo feito em conjunto com a Câmara, e têm sido reuniões onde a Câmara apresentou também a mobilização de meios que vai colocar aqui na Junta de Freguesia, e nós próprios também demos o nosso contributo no sentido de dar informação sobre que meios é que vamos também dispor para o evento. E portanto, essa é a informação que tenho aqui e que lhe posso prestar.

Basicamente, o epicentro dos grandes acontecimentos aqui na freguesia vai ser no Jardim da Praça do Império e no Jardim Vasco da Gama, vai ser onde vão estar localizados, não só a Cidade da Alegria, a zona das confissões, como também um palco vocacionado para a música. Há uma expectativa de milhares de jovens que estarão aqui na freguesia. E as datas essenciais vão ser de 1 a 4 de agosto, vai ser onde vamos ter mais pressão, embora eu acredite que antes e depois, e durante toda a semana, julgo que não haverá uma redução muito significativa destes números.

Para além disso, vamos ter também a Sua Santidade, o Papa, que tem alguns eventos também aqui na freguesia, vai estar no Mosteiro dos Jerónimos. E portanto, tem aqui um programa intenso, para além destes dois momentos, destes que já estão definidos.

A nível de reforço, há um reforço significativo em termos de contentores, são à volta de quinhentos contentores que vão ser colocados essencialmente nestes locais, do Vasco da Gama e Praça do Império, mas também noutros locais onde nós teremos jovens a pernoitarem, vamos ter cerca de seis mil jovens que vão estar a dormir aqui na freguesia, três mil no Estádio do Restelo, mil e quinhentos no Campo das Salésias, e depois vão estar cerca de quatrocentos ou quinhentos dispersos em mais escolas – na Marquês de Pombal, na Escola Secundária do Restelo e outras.

E portanto, estamos a falar aqui também de uma grande pressão, do ponto de vista do reforço da higiene urbana que vamos fazer, e para além, depois, de toda a zona alimentar, onde vamos ter aqui também suporte para a parte alimentar, com uma *food street*, uma rua onde vamos ter também apoio de comida, e onde vai haver também uma significativa pressão em termos de limpeza urbana.

Aquilo que nós fizemos, do ponto de vista interno da Junta de Freguesia, foi organizar os turnos, vamos ter três turnos a funcionar – atualmente funcionamos com um turno de manhã e à tarde, e depois funcionamos à noite, mas ajustámos os turnos para ter uma maior presença na rua. Vamos ter um turno das seis às catorze, outro das treze às vinte e uma, e depois outro das vinte e uma às cinco da manhã, e vamos, obviamente, colocar um conjunto vasto de meios, não só humanos, com encarregados operacionais sempre presentes, com cantoneiros para a limpeza da via pública, para remoção, vamos ter equipamentos nossos também a fazer intervenções, as nossas varredouras mecânicas. A Câmara colocará também meios mecânicos, com lavadoras e varredouras de maior potência, que também vão dar apoio na limpeza. Portanto, estamos a falar em cerca de quarenta pessoas que vão estar mobilizadas em diferentes turnos, durante este período todo.

Vamos ter depois também, obviamente, suporte de outros equipamentos, com vassouras, pás, etc., tudo aquilo que são meios essenciais para o trabalho.

Basicamente, sem entrar aqui também num detalhe muito exaustivo, o trabalho com a Câmara tem sido permanente, o plano está praticamente fechado, do ponto de vista de meios a alocar, da parte da Câmara também existe disponibilidade e abertura para reforçar algum aspeto mais urgente que possa surgir, ou alguma alteração, ou algo a mais que possa surgir no programa. Do lado da Junta, a mobilização vai ser praticamente total. Obviamente que temos que também zelar pelos outros locais da freguesia, mas vamos ter uma atenção muito especial para com o evento.

E vamos, como o Presidente também disse, lançar brevemente um concurso para reforço de pessoas para o quadro – não sei se vai estar a tempo das Jornadas Mundiais da Juventude, mas vamos tentar que possa estar. Mas, se não, a muito breve trecho também vamos ter um reforço de recursos humanos.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Sr. Presidente, eu queria voltar novamente ao voto de protesto apresentado pelo CDS e pelo PSD, relativamente às questões do Metro. Sublinhar a oportunidade deste voto, e sublinhar também a gravidade da situação. De facto, o sistema de transportes públicos, e nomeadamente da Carris, na freguesia, pelo menos na zona alta do Restelo, que eu frequento em várias carreiras, a situação é, de facto, bastante preocupante – atrasos frequentes, períodos longos sem carreiras, não cumprimento dos horários que estão naquela aplicação.

E eu gostaria de dizer que esta questão é uma questão que deve merecer particular atenção da freguesia, nomeadamente da Assembleia de Freguesia, e sugerir – não sei, os promotores não o

disseram, mas eu acho que esse voto não devia ficar aqui, e que devia ser dado conhecimento, quer à Câmara Municipal, quer mesmo à Administração do Metro.

E portanto, eu sugeria que fosse tomado isso em consideração, e que fosse desencadeado esse processo.

--- Presidente da Mesa ---

O próprio voto refere, e assim será feito, faz todo o sentido, de resto.

PONTO 3 – Apreciação e aprovação da ata da reunião de 27/04/2023

Colocada a votação, foi a ata da reunião realizada no dia 27 de abril de 2023 aprovada por unanimidade.-----

PONTO 4 – Apreciação e aprovação da 2.ª Revisão ao Orçamento e Opções do Plano de 2023 (PPI e PPA)

--- Pedro Lancastre (IL) ---

Eu estava aqui a ver o Plano, e lembro-me de quando fomos eleitos, a primeira vez, e na altura vim como público, o Orçamento era de cerca de 5.000.000€, agora é de 7.400.000€ - mais ou menos é o que aqui está. Portanto, tem aumentado bastante. Eu não vejo isso refletido na boa vivência dos habitantes de Belém, não vejo refletido nos custos de manutenção – que são, segundo o Sr. Presidente disse, para as escolas, 14.500€, que eu acho miserável para um Orçamento de 7.400.000€.

Faço uma pergunta ao Executivo também: desta verba, quanto é que é para o liceu, que continua provisório há quantos anos, a Escola Secundária de Belém, que eu também não vejo andar? Julgo que há um projeto na Câmara para remodelação do liceu, ou para mudança do liceu, não sei, também gostava de ter alguma explicação sobre isso – ou não existe nada.

Mas, o que é facto é que temos 7.400.000€ de Orçamento, temos 14.500€ para a manutenção, e não vejo alterações na vivência dos Belenenses, com base num aumento de cerca de 2.000.000€ nestes dois últimos anos, no Orçamento.

Para já, esta é a primeira questão que eu tenho.

A segunda que eu tenho, há bocado falou da contratação de dez funcionários para a higiene, não vejo isso refletido no Orçamento, também gostaria de saber onde está.

A terceira questão, torno a perguntar aquilo que perguntei na última Assembleia, que tinha visto um valor de 150.000€ de horas extraordinárias adicionais nas despesas com pessoal, que agora

não consigo encontrar aqui, terão sido incorporadas, e ao qual o Sr. Presidente falou muito, mas não me conseguiu explicar o que é que eram esses 150.000€ de horas extraordinárias que estavam refletidos no último Orçamento retificativo.

--- Presidente do Executivo ---

Bem, eu devo lembrar que nem eram cinco milhões e tal, eram quatro milhões e tal, no início, 4.200.000€, assim uma coisa. Mas, mesmo assim, sem haver as atualizações – dou um exemplo, o salário mínimo na altura era quinhentos e tal euros, estamos hoje quase em 800€, e nunca foi atualizado, coisas assim do género.

Depois, quando vir aí o Mapa de Pessoal, depois posso explicar melhor isso. Temos vagas para abrir concurso para mais pessoal para a higiene urbana. Para nós é uma prioridade. Mas, é muito difícil, hoje em dia, isto é uma situação de falso desemprego. Estamos a precisar de pessoas, e é muito difícil conseguir contratar pessoas, preferem ficar com os subsídios em casa. É dramático.

Agora, de qualquer forma, falou-me na questão das horas extraordinárias; as horas extraordinárias são uma coisa em que nós estamos aqui perfeitamente confortáveis, porque, repare, nem há ajudas de custo, nesta freguesia não há ajudas de custo. Horas extraordinárias, há, porque, repare, temos pessoas que vão nos campos de férias, têm que lá estar de manhã cedo, e depois, à tarde, por exemplo, essas pessoas já estão fora do horário de trabalho, têm que ter horas extraordinárias. Temos menos pessoal do que necessitávamos, porque não conseguimos, neste momento, ter muita gente, e o que é dramático também, termos pessoas a reformar-se, termos pessoas que pensavam que isto era uma barriga de aluguer, conseguimos arranjar, na altura, vínculo à função pública, e agora querem ir-se embora, já ao fim de uns tempos. Primeiro têm que dar um bocadinho à Junta, porque senão tínhamos posto outras pessoas. Nós precisávamos de pessoas para dar estabilidade, não é para andarmos sempre a arranjar pessoas que estão em precariedade, só em situação muito excecional. Nós preferimos ter pessoas aqui satisfeitas, com estabilidade, com segurança, aqui a trabalhar.

Fala-me num Orçamento ???, vamos lá ver uma coisa, nós nunca estivemos entre a espada e a parede, graças a Deus, não havia mais ninguém que nos pudesse acudir. E graças a isso, até temos, nas maiores aflições, nos momentos mais aflitivos, temos conseguido resolver as situações, e nunca deixar ninguém no porto.

Agora, passámos uma fase difícil, perdemos muito dinheiro – por exemplo, com a história da piscina, a piscina fechada e nós só a gastar, não havia receitas. Geralmente, conseguimos pôr a piscina mais ou menos ali num ponto de equilíbrio, mas conseguimos suprir isso, e fazer com que as famílias dos nossos colaboradores não deixassem de ter as suas remunerações em dia.

Mas, nesses casos concretos, eu não acho que tenhamos um Orçamento por aí além, para as obrigações que nós temos no dia a dia. Nós sentimos, uma coisa é uma pessoa estar fora, os senhores têm responsabilidades de fiscalização, é um órgão deliberativo; mas, outra coisa, desculpem lá, é um órgão executivo, porque se pode pensar que 7.000.000€ é muito dinheiro, não é nada muito dinheiro. E nós fazemos os possíveis por não esbanjar, é muito difícil. E agora, como

se pode ver nesta revisão orçamental, tivemos uma ajuda importante da Câmara, de 80.000€, para o aumento dos custos energéticos. Isto apoiou, quer na piscina, quer nas escolas, foi um aumento muito importante. E vamos ter um novo reforço posteriormente, penso eu, porque são situações excecionais.

Estas delegações de competências são muito importantes, porque vamos ter cerca de 1.500.000€ para fazer obra, são verbas que vêm da Câmara.

Agora, o que eu estou a falar é nas competências próprias. O que é dramático são situações que nos passaram, competências que nos passaram, e ao contrário daquilo que nos diziam sempre, que uma delegação implica sempre a passagem do respetivo pacote financeiro, não se verificou claramente no caso da educação. Houve noutros sítios, e tal, mas na educação foi o mais dramático. Eu tenho uma admiração aqui pela minha colega Helena Lencastre – ela, se calhar, não sabe disso, mas tenho uma admiração enorme por ela – porque, realmente, deve ser um exercício diário terrível, de ter que satisfazer – porque nós estamos aqui para satisfazer as necessidades mais prementes das pessoas – com meios próprios, temos que ir buscar dinheiro fora do orçamento que está para essas situações, que não dá para nada, para essas situações, para essas situações que são mais urgentes, e não deixar de ser feito quando é mesmo necessário, até a situação estar completamente estabilizada nessa questão das verbas próprias para a educação.

Mas, nós não sentimos que temos dinheiro a mais, até pelo contrário, porque, como lhe digo – aliás, já estamos a pedir ao Governo para atualizar essa questão que, por exemplo, na parte do pessoal é gritante. Tem-nos safado um pouco, porque, realmente, algumas pessoas saíram, não temos posto algumas pessoas, e aí têm havido algumas poupanças, mas temos que pôr rapidamente, porque estamos um bocado atrapalhados nesse aspeto.

E por isso mesmo, não achamos – isto foi em 2013, já foi há dez anos que começou a reforma administrativa, os custos foram galopantes, e com pandemias no meio. Portanto, não se pode fazer essa comparação nesses termos. Eu admito que uma pessoa que esteja fora das responsabilidades executivas possa pensar isto, que isto é uma coisa enorme, mas não é, contamos os tostões, e posso dizer-vos que no ano passado, no final do ano passado, não pudemos fazer algumas situações que tínhamos que fazer, porque implicava custos muito elevados, e tivemos que deitar abaixo algum concurso para depois fazer umas coisas mais pequeninas. Por exemplo, nos autocarros, não pudemos fazer uma adjudicação de autocarros porque não tínhamos dinheiro suficiente para isso, e tivemos que fazer mais devagarinho, à espera de depois termos verbas para essa situação – que era uma coisa a que não estávamos muito habituados. Mas, vou dar-vos um exemplo, os autocarros eram trezentos e tal euros por dia, e passaram para 800€, assim de repente, e não tivemos mais apoios para isso.

Por isso mesmo, o que eu lhes quero dizer é que, sem alarmismos, estamos habituados – há quem diga que um euro numa freguesia é melhor aplicado do que numa Câmara, e um euro numa Câmara é melhor aplicado do que no Governo; estamos no terreno e somos mais “formiguinhas” a administrar o nosso dinheiro. É verdade, eu posso dizer-lhe, ainda no outro dia fui a uma

cerimónia solene, toda a gente ia com os seus motoristas, e eu era o único que ia sozinho por aí fora, para não gastar horas extraordinárias e não levar o motorista da Junta para essa cerimónia, que também terminava já depois da hora de serviço, para poupar dinheiro. Funcionamos assim. E até era uma cerimónia militar, em que ia para um sítio de destaque, ainda por cima, e havia oficiais superiores a irem assim, tal e tal, e a “formiguinha” a pé para o sítio. Por quê? Porque queremos ser um bocadinho mais administrados. Aí estamos perfeitamente à vontade, quanto a essa questão dos custos, e tentar poupar o máximo possível.

Por isso mesmo, é o que eu digo, isto é tudo relativo, uma pessoa pode dizer sempre que há imenso dinheiro, e tal. Nós sabemos, conseguimos agora passar alguma coisa para este ano, porque temos que ter sempre uma almofada de conforto, porque nós temos de ser sempre previdentes. Às vezes, ouço falar o Ministro das Finanças, que é uma pessoa que eu conheço bem também, mas às vezes leva muito porque dizem que está a fazer umas cativações superiores ao que faziam antigamente, e por aí fora, mas às vezes pode-se perceber, porque há tempos que são tão incertos, que uma pessoa tem que tomar algumas precauções. E no nosso caso, mais ninguém nos livra.

Eu ainda lhes posso dizer que no outro dia tentei ajudar a Câmara no pagamento de umas verbas que adiantei, de uma situação que temos da CPCJ, e até hoje ainda não recebi nada, estou à espera, em dificuldade, e são 8.000€, por causa da segurança das instalações. Tive tanta pena de estarem tão atrapalhados, resolvemos adiantar a verba, mas, quer dizer, há limites para tudo. Um parque infantil que foi destruído pelas intempéries de dezembro, disseram que iam arranjar verbas do Governo para arranjar, estive seis meses sem nada, porque não vinham as verbas, e agora tive a resposta: “Não, o Governo não passou as verbas.” Isto é, a Comissão de Coordenação de Lisboa e Vale do Tejo não passou a verba para a Câmara, e portanto, não há dinheiro. Portanto, esses mil e tal euros, vai ser a Junta a ter que pagar – e tinham-nos dito que iam arranjar, mas, realmente, o Governo não passou a verba, e lá vamos nós. Se não fossemos nós, quem é que mais ia? Mais ninguém. Mesmo assim, custa-me ter estado seis meses com aquela obra parada, e agora é que estamos a adjudicar aquilo a uma outra entidade.

Portanto, se nós não tivéssemos alguns fundos livres, de maneio, estávamos feitos, a população estava feita. É só isso.

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD, CDS-PP e PCP, e as abstenções do PS e IL. -----

PONTO 5 – Apreciação e aprovação da revisão ao Mapa de Pessoal para 2023

--- Patrícia Campos (PS) ---

Eu não resisto, Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Belém, as desculpas não podem ser consecutivas, e acho que nós temos que assumir responsabilidades das nossas funções. É o que me compete dizer às suas várias respostas.

Relativamente a este ponto do pessoal, tenho uma questão que não consigo ver esclarecida, que é a seguinte: nós estivemos aqui a discutir noutra reunião o Mapa de Pessoal, onde tínhamos cerca de cento e sessenta e seis postos de trabalho, e cento e oito postos de trabalho ocupados. Temos neste momento um pedido de alteração, de revisão – apreciação e aprovação da revisão ao Mapa de Pessoal – em que passamos de cento e sessenta e seis postos de trabalho para cento e setenta e cinco, mantendo à mesma os cento e oito lugares ocupados.

Analisando o mapa em detalhe, verificamos que são os postos da educação, em que passamos, em assistentes técnicos, de doze para dezassete, e em assistentes operacionais, por exemplo, passamos de dez para treze, mas os lugares ocupados mantêm-se. E realmente questiono o porquê deste aumento, uma vez que os lugares ocupados ainda não estão ocupados na sua totalidade.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

De certa forma vem na sequência da intervenção da Patrícia, da representante do PS, mas eu gostaria de fazer uma observação anterior ao mapa, em particular, que é: estes documentos, e é rotina estes Mapas de Pessoal serem apresentados assim de forma seca, vão os números e não há uma explicação da necessidade, e depois, das opções da revisão do Mapa de Pessoal. E eu acho que este documento, dada a importância como instrumento de gestão da Junta de Freguesia, merecia que viesse acompanhado de uma justificação e de uma explanação da proposta que é feita.

Relativamente aos números, de facto, tínhamos a mesma questão. Nós temos assistido – e nós fizemos este registo, temos aqui este registo desde 2019, as várias revisões do Mapa de Pessoal da Junta de Freguesia – desde 2019 que temos vindo a assistir a um aumento do número de postos de trabalho do Mapa de Pessoal, mas que é acompanhado, não por um aumento do número de ocupados, ou de colocações, mas com uma diminuição das colocações – em 2019 tínhamos cento e dezanove ocupados, hoje temos cento e oito. E não percebemos esta evolução, e não percebemos esta desconformidade entre a evolução do número de postos de trabalho do Mapa de Pessoal e o número dos ocupados.

Eu creio que, há pouco, o representante da Iniciativa Liberal colocou uma questão sobre esta matéria do Mapa de Pessoal, e creio que não foi suficientemente esclarecida. E eu aproveitaria, porque eu acho que a questão faz sentido, relativamente àquilo que o eleito há pouco referiu.

--- Presidente do Executivo ---

Nestas coisas, hoje em dia, estamos na fase dos computadores, e portanto, os mapas geralmente servem para, de uma forma muito mais rápida, vermos o que é que se está a passar.

Há só aí uma questão que eu queria ressaltar, sendo que, entretanto, foi ultrapassada. Por exemplo, no espaço público está aí um lugar de técnico superior que estava ocupado, que era uma pessoa que estava fora, que pediu mobilidade para fora, mas que, entretanto, já não regressa. Esse lugar reservado acabou, fica mesmo livre, esse técnico superior no espaço público.

Depois, aí no saneamento, nós estamos a abrir neste momento – há questões de saúde de um colaborador nosso, e a coisa está a atrasar um bocado por causa disso, mas como o Dr. Tiago Pessoa há bocado reafirmou, por vários motivos, temos que fazer entrar treze assistentes operacionais para a parte do saneamento, e estamos a preparar os concursos neste momento, para acrescer a esses que estão aí.

Depois, também temos aqui, no desporto, que vamos precisar de mais dois assistentes técnicos para a piscina, e mais três assistentes operacionais, também para a piscina.

Nos licenciamentos e contraordenações, há de ser mais um assistente técnico.

Depois, vamos abrir também para a educação, mais dez assistentes técnicos para as CAF's.

O nosso objetivo sempre é permitir às pessoas terem a maior estabilidade possível nas suas vidas. E, por exemplo, ninguém fica rico a trabalhar na administração pública, sabemos disso, mas pelo menos se tiverem estabilidade, saber com o que contam ao final do mês, e terem um sistema da ADSE, por exemplo, já é uma grande ajuda para algumas pessoas, pelo menos em começo de carreira. E vamos abrir mais dez assistentes técnicos, e mais quatro assistentes operacionais, nesta parte da educação.

Nesse aspeto, estamos a fazer um esforço grande. Isto está sempre em movimento, tenho todos os dias pessoas, infelizmente, que são assediadas, porque pusemos toda a gente, ninguém ficou de fora, nos concursos que abrimos, e depois, ao fim de uns tempos, também não podem ser servos da gleba, não podem cá ficar toda a vida, tudo bem, mas tem que haver um limite. Não vou dizer que fazem como os pilotos da Força Aérea, para não irem para a TAP, depois, levar a formação toda, vão ter que devolver o dinheiro para poderem ir, mas há limites. E é o que eu digo, não podemos ser “barrigas de aluguer” – a Lei, aliás, protege-nos. É o que eu digo agora, desculpem lá, há limites para tudo. As pessoas, já que quiseram entrar, e entraram nos quadros da Junta, não estou na disposição de autorizar, a não ser em situações muito graves, situações de mobilidade – aliás, como quase toda a gente faz, eu também já tentei ir buscar pessoas a outros sítios e não autorizam, ninguém autoriza mobilidade. Mas, se for por concurso, ou se quiserem apresentar a demissão, como já aconteceu – tanto num caso, como no outro – muito bem, é um direito a que às pessoas lhes assiste, apesar de eu achar que, de facto, na altura, podiam ter sido mais honestas e dizer que não queriam concorrer, e deixassem o lugar para outras pessoas que queriam fazer carreira na Junta de Freguesia. Acho que, pelo menos, as pessoas que concorrem devem ficar um X tempo cá, e não é só servir de trampolim para outros sítios, porque é evidente, está toda a gente à espera – ainda agora foi a polícia, no outro dia foi a Polícia Judiciária, tudo à espera de uma ocasião para vir tirar funcionários, em que nós fizemos concursos e que entraram para a função pública. Assim é muito fácil, inflacionam-se os concursos, que é uma coisa trabalhosa. Agora vamos novamente fazer mais concursos para tentar pôr pessoas cá.

Isto é uma luta tremenda, mas o que é certo é que quero evitar que estejamos sempre com casos de precários, que não é o ideal. Mas, pronto, a nossa luta é contínua. O nosso objetivo – e isso,

ninguém nos pode acusar – é que estejamos a fazer o máximo esforço para que tenhamos pessoas com condições de estabilidade nesta Junta de Freguesia, mais alegres e mais seguras na sua vida.

--- Tiago Veloso (PS) ---

Eu sei que já é habitual, e que já estamos acostumados, eu posso estar errado, mas nenhuma das perguntas foi respondida.

Mas, eu faço-lhe um resumo, mais ou menos, do que é que foi perguntado, porque pelos vistos não apontou. Está a abrir vagas para o quadro de pessoal; por que é que o faz, quais é que são as necessidades, e existindo vagas disponíveis, por que é que está a aumentar esse número de vagas. A resposta pode ser simples, mas não a deu, é só essa a questão. Eu acho que é importante sabermos.

--- Presidente do Executivo ---

Com certeza. Não, o que eu estou a dizer, estou a preencher as vagas que existem. As vagas já lá existem, estou a preencher vagas que existem, mas é muito difícil arranjar gente que queira vir trabalhar para o Estado, se calhar até influenciados pelas últimas notícias – toda a gente ouviu, no outro dia ouviu-se dizer que, hoje em dia, já não é bom trabalhar para a administração pública, ganham pouco, e tal. E as pessoas começam a pôr isto na cabeça, e o que é certo é que por mais que se matem, não conseguem fazer face às suas obrigações diárias, é um facto que podemos constatar facilmente. E portanto, vão para o estrangeiro trabalhar. Isso é um facto, não é por estar agora um Governo Socialista que as pessoas ficaram com tudo resolvido, muita gente teve que emigrar, porque ou têm uma grande ajuda da família, ou então é muito difícil pagarem renda de casa, viverem, comerem, terem os filhos num colégio. Não dá, com os 1.000€, com os 800€, com os 1.100€, 1.200€ em alguns casos, que ganham na administração pública. Portanto, às vezes as pessoas, desesperadas, desistem de tudo isto e vão tentar ir para o privado, quem consegue, ou então ir para o estrangeiro.

É muito difícil, neste momento, ter gente. Se souberem, digam-nos, para preencherem, e para concorrerem aos nossos concursos. Agradeço imenso, podiam fazer um grande favor, ao ajudar-nos nesta tarefa importante.

--- Tiago Pessoa (Vogal) ---

Muito breve, e porque também tive oportunidade de recorrer aqui a alguns dados passados, porque até o membro do Partido Comunista Português falou sobre isso, nós, por exemplo, em 2020, no Mapa de Pessoal de 2020, tínhamos cento e noventa e nove postos de trabalho no quadro, dos quais cento e dezassete estavam preenchidos – estou aqui a ver o mapa. Em 2022, o número foi reduzido para cento e sessenta e seis. Nós reduzimos mais de trinta lugares no Mapa de Pessoal. E portanto, não só reduzimos o Mapa de Pessoal – e agora, neste último ano, aumentámos ligeiramente, face aos números de 2022, mas não estamos sequer com os números de 2020.

Portanto, aquilo que referem, que é que a Junta está a aumentar os postos de trabalho, isso não é verdade, antes pelo contrário, nós tínhamos mais postos de trabalho e reduzimos.

No caso em concreto da higiene urbana, só para dar aqui mais um esclarecimento, nós em 2020, por exemplo, tínhamos quarenta e sete lugares no Mapa de Pessoal de assistentes operacionais, e tínhamos

quarenta preenchidos, lançámos precisamente um concurso para sete lugares, preenchemos esses lugares. Mas, depois, passados dois anos, o que é que nos aconteceu? Tivemos cinco pessoas que saíram, passamos de quarenta e sete para quarenta e dois, e depois, com o reforço do contrato de delegação de competências, onde recebemos mais verbas, decidimos aumentar em mais cinco o número de pessoas que tínhamos no quadro, passámos de quarenta e sete para cinquenta e duas. Ficámos com cinquenta e dois postos, e quarenta e dois preenchidos.

De 2022 até agora foram reduzidos três, estamos em trinta e nove, mas o que o Sr. Presidente disse é que vamos lançar agora um concurso para treze. E portanto, vamos suprir essa necessidade.

Era só para dar este esclarecimento adicional em relação à higiene urbana, porque tem um peso significativo aqui no Mapa de Pessoal, mas, de qualquer modo, também para dar um bocadinho do histórico sobre a questão do Mapa de Pessoal, que acho que é importante.

--- Patrícia Campos (PS) ---

A questão que nós estamos a colocar não é essa. Obrigada pelos seus esclarecimentos, mas a questão é o porquê de aumentar, se os lugares não estão ocupados.

--- Presidente do Executivo ---

Estamos a aumentar a ocupação. É a ocupação. Os lugares existem, não estão ocupados, e nós estamos a abrir concurso para ocupar esses lugares.

--- Patrícia Campos (PS) ---

Mas, a questão é essa mesma, por que é que estão a aumentar, se os lugares estão longe de estar ocupados.

--- Presidente do Executivo ---

Não, repare, há lugares que têm sido mantidos por causa das mobilidades, isso é um facto. Agora, os outros, se nós temos lugares aprovados pela Assembleia – os senhores é que aprovaram esses lugares – agora apenas estamos a preencher esses lugares, estamos a abrir concurso para preencher esses lugares. Mas, nós não podemos pôr lá nesses lugares quem nós queremos, temos de abrir concurso público, é isso que têm de perceber, e não é fácil, e nomeadamente no domínio da educação. Eu penso que isso se percebe.

--- Helena Lencastre (Vogal) ---

No domínio da educação, nós temos alguns quadros que estavam vazios, e nós vamos preenchê-los, mas temos mais lugares para preencher, tenho mais monitores e mais pessoal do que aquilo que está no quadro, e portanto, tem que abrir vagas. E nas assistentes operacionais, nas auxiliares das escolas, foram abertas novas salas – na altura não estavam no quadro, agora estamos a abrir lugares no quadro para ocupar com essas que são permanentes e que estão, umas nas AAAF's, outras são para assistentes operacionais para as salas.

E por isso, quando alguns estão a ser preenchidos, já existiam, estavam vazios; outros temos que aumentar porque não havia lugar para todos no quadro, e para poderem todos passar ao quadro, e não estarem em condições de recibo verde. É só isso.

--- Presidente do Executivo ---

A Assembleia até nos devia dar uma condecoração, porque estamos a trabalhar para que as pessoas fiquem com situações de estabilidade.

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD, CDS-PP, PS e PCP, e a abstenção da IL. -----

PONTO 6 – Apreciação e ratificação do contrato interadministrativo de delegação de competências e de cooperação entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Belém para concretização de intervenções no âmbito dos Eixos Programáticos (2021/25)

--- Fernanda Paredes (PS) ---

Em relação a este ponto, gostaria de assinalar, para também ficar esclarecido a quem nos ouve, que às vezes pode resultar alguma confusão, que estes contratos de delegação de competências são assinados entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia no âmbito da delegação das competências que tem decorrido.

Portanto, de uma forma simples, digamos que a Junta de Freguesia tem aqui a possibilidade e a verba para conseguir executar as competências que lhe estão atribuídas – delegadas, no termo certo, jurídico. Mas, penso que de uma forma de senso comum, percebemos.

Portanto, a Junta de Freguesia mais uma vez vem beneficiar de uma verba para a execução de um conjunto de intervenções que estão aqui previstas, é uma verba no valor de 1.525.000€, tem um aumento substancial em relação ao último contrato de delegação de competências, de 2019, que seria 1.080.000€, em números redondos. E efetivamente este novo contrato tem aqui um conjunto de eixos, cinco eixos de intervenção, e que vêm aqui amplamente descritos.

Esta é, de facto, uma inovação em relação ao anterior contrato de delegação, em que tivemos muita dificuldade em compreender onde é que as intervenções e os investimentos estavam a ser feitos – o dito um milhão. Efetivamente, desta vez é possível perceber neste contrato, e poder fazer até uma melhor avaliação destas intervenções e destes investimentos.

Portanto, os territórios próximos têm aqui uma série de intervenções, no valor de 850.000€, onde se prevê aqui, desde a requalificação de praças, medidas de redução de velocidade, há aqui um vasto conjunto de intervenções a ser realizadas pela Junta. Os territórios sustentáveis também têm 200.000€ previstos para a execução de um conjunto de intervenções. Outro eixo, os territórios dinâmicos, assim como os territórios solidários e os territórios saudáveis.

Ora, há sempre aqui a possibilidade, se bem me parece, a Junta de Freguesia tem a possibilidade, face às necessidades, e face ao seu programa, e às situações que decorrem aqui na freguesia, de poder contemplar nestas intervenções verba para poder acautelar as mesmas, porque aquilo que aqui vimos são até intervenções que já há algum tempo que se vinham aqui a referir, e que agora vão acontecer, felizmente.

Portanto, muitas outras que aqui se falam, certamente poderiam estar aqui também acauteladas. Isto é só também para que fique esclarecido que quando se diz que também não há dinheiro, que a Câmara Municipal não paga, o Governo não paga, ninguém paga, há efetivamente transferências que podem permitir que a Junta de Freguesia faça mais obra em benefício dos fregueses – e neste caso que aqui hoje temos estado a discutir, e que já discutimos na última sessão, em relação, em particular, à escola e à compra de redes, ou arranjo de portas, por exemplo. Aliás, aqui um dos eixos – isto são só pormenores, efetivamente, mas que eu acho que é importante que os cidadãos e os fregueses possam perceber estas situações que às vezes estão aqui com pequeninas discussões – efetivamente, temos aqui nos territórios solidários a possibilidade da compra de mobiliário para as salas da Escola Paula Vicente, muito bem.

Portanto, há sempre a possibilidade, a Junta de Freguesia tem sempre a possibilidade – porque a discussão deste quadro, conforme diz aqui também no seu preâmbulo, é uma discussão cuja negociação e concretização é livre. Portanto, ao que nos parece, há aqui um entendimento entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal para que estas verbas sejam atribuídas.

Assim sendo, o que nós esperamos é que, efetivamente, as mesmas sejam executadas em tempo útil, neste caso até 30 de junho de 2024, e que sejam bem executadas, para não se vir a verificar o que aconteceu com o último CDC, sobre os quais ainda temos algumas questões relativas ao Polidesportivo de Caselas.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Como acabou de ser dito, este documento é um documento de extraordinária importância para a vida da freguesia e para a atividade da Junta de Freguesia. Ele vem na sequência de um documento anterior, e a primeira nota que eu gostaria de fazer é justamente neste sentido: nós estamos a discutir um documento sem termos tido a possibilidade de trocar impressões sobre o que aconteceu no período anterior, como é que as coisas aconteceram, como é que as coisas ocorreram, como é que os investimentos foram concretizados ou não concretizados. E o processo anterior tem uma particularidade – aliás, nós vamos discuti-lo num ponto depois – o pacote de investimentos anteriores, à data de hoje, tem 29% que não está executado. Isto é, nas verbas previstas para o contrato de delegação de competências de 2019, há 314.000€ que não foram, ainda hoje, executados. E nós vamos ter que discutir agora, num ponto a seguir, o que fazer com essas verbas e reafetá-las.

E portanto, nós vamos partir para um processo não tendo ainda acabado o anterior, e estando o anterior ainda significativamente longe de ser terminado. E ele é terminado – contrariamente àquilo que é dito no texto do contrato de delegação de competências do ponto que vamos discutir daqui a pouco, mas eu aproveito já para referir, porque as duas coisas estão ligadas – ele não é terminado, não é por causa das intempéries, ou da Covid; não, não é terminado porque houve um problema de relacionamento da Junta de Freguesia com a população, ponto final. Entrou em conflito com a população de Caselas, quis avançar, e desenvolver, e impor um projeto que a população democraticamente se mobilizou e o contrariou, e conseguiu contrariar – felizmente conseguiu contrariar, porque, de facto, era um projeto que, em escala e em função, estava

completamente ao arripio do Bairro de Caselas. E portanto, há esta questão da relação entre a Junta de Freguesia e as populações.

E esta é uma das questões que nós gostávamos de colocar, que é justamente esta: nós estamos com um grande pacote de investimento, um pacote financeiro bastante significativo, 1.500.000€, e portanto, temos aqui a possibilidade de desenhar um projeto de investimento, um programa de investimento com um impacto relevante sobre a freguesia.

Qual foi a participação e qual foi o diálogo que houve entre o Executivo e, por exemplo, associações de moradores, clubes, escolas e outras entidades coletivas da freguesia, para discutir, trocar impressões, identificar lacunas, identificar ideias que pudessem suscitar o desenho deste pacote de investimentos? Essa era uma primeira pergunta.

Por exemplo, o *Skate Park* em boa hora aqui está, o *Skate Park* de Pedrouços; houve contacto com o Clube de Pedrouços para, por exemplo, à semelhança daquilo que uma recomendação que o PCP aqui apresentou, sobre o Polidesportivo de Caselas, houve alguma conversa ou discussão com o Clube de Pedrouços para que o *Skate Park* possa ficar no quadro de um protocolo sob gestão e dinamização do Clube de Pedrouços? Essa questão é uma questão importante, da participação.

Depois, há uma questão mais fina, esta aqui é mais fina porque tem a ver com a Lei e com a legalidade. O Presidente da Junta referiu, e bem, a questão das competências delegadas e competências próprias. E eu quero pegar no diploma do atual quadro de competências da Junta de Freguesia, onde ele define as competências próprias da Junta de Freguesia, nomeadamente gerir e assegurar a manutenção de espaços verdes, assegurar a limpeza das vias e dos espaços públicos, manter, reparar e substituir o mobiliário urbano, conservar e reparar a sinalização horizontal. Isto são competências próprias da Junta de Freguesia. Não são sujeitas a delegação de competências, são competências próprias, cuja execução e prossecução devem ser garantidas com o normal Orçamento da Junta de Freguesia.

Qual é o programa de investimentos que nos é apresentado? Requalificação do mobiliário urbano em diversos locais, uma competência própria; pintura de sinalização horizontal, uma competência própria; requalificação do espaço verde da Avenida das Descobertas, uma competência própria, e inclusivamente o Jardim Ducla Soares, requalificação, uma competência própria.

Isto é, eu não sei como é que a Câmara Municipal de Lisboa se dispõe a assinar um contrato de delegação de competências com estas características, mas parece-me que há aqui espaço – não sei se é assim do ponto de vista jurídico, mas eu creio que há aqui algum espaço de conflito com a Lei. E eu gostaria de chamar à atenção, e gostaria de receber uma resposta sobre esta matéria.

Depois, do ponto de vista mais programático, digamos assim, eu creio que dada a dimensão deste pacote de investimentos, havia aqui espaço para termos intervenções estruturais substantivas sobre diversas matérias. E eu quero destacar aqui a questão dos territórios sustentáveis, e quero destacar aqui as iniciativas que estão aqui previstas para o Parque dos Moinhos de Santana. São

iniciativas que não respondem ao estado em que o parque está. O parque, continuando a ser um espaço de inegável qualidade e de inegável atração para as populações, o parque começa a demonstrar problemas do ponto de vista das populações arbóreas, ou das espécies vegetais e dos quantitativos das populações arbóreas, das infraestruturas, das casas de banho, da pérgula que foi sujeita a uma iniciativa meramente eleitoral – seis meses antes das eleições puseram ráfia naquela pérgula, e obviamente, um ano depois das eleições, aquela pérgula está hoje toda feita em fanicos. Não, Sr. Presidente, não foi vandalizada, está degradada.

De qualquer forma, queria destacar este ponto como um exemplo em que se perde a oportunidade de, nomeadamente no que diz respeito ao Parque dos Moinhos de Santana, se avançar com um projeto de requalificação profunda do parque, e transformar o parque numa zona ainda mais qualificada e mais capaz. Por exemplo, não utilizando este programa de investimentos para realizarem uma promessa da coligação, no que diz respeito à ampliação da área do parque.

E portanto, eu acho que há aqui um conjunto de lacunas que desqualificam o projeto, e há um conjunto de perguntas que eu acabei de colocar, a que gostaria de ter resposta.

--- Diogo Belfort (CDS-PP) ---

Queria só fazer aqui um pequeno comentário, após também estes dois comentários e intervenções.

Diz o PCP que esta Junta é a prova da má relação com a população – disse, esta Junta tem uma má relação com a população, estou a citar. Disse ainda, sobre a questão de Caselas, quis impor e foi travado pelo povo. Se calhar disse “pela população”, e eu, vindo de si, já ouço “pelo povo”, mas uma das duas, disse.

Eu gostava de lembrar à Assembleia de Freguesia que esta Junta de Freguesia e a Assembleia de Freguesia ouviram, explicaram, discutiram, organizaram uma sessão pública, reuniram com os moradores, e adaptaram, e mudaram, e evoluíram. Não me parece que isto seja uma imposição. Mal seria se não tivesse ouvido, se não tivesse discutido, se não tivesse explicado, se não tivesse organizado, e se não tivesse adaptado. Isso sim, poderia ser uma má relação com a população. Foi exatamente o oposto.

E o Josué – permita-me tratá-lo assim – sabe que eu estava ao seu lado, estávamos lá os dois, mas também ao lado em algumas dúvidas e em algumas questões neste problema. A diferença é que o que se passou foi exatamente esta adaptação, esta evolução, e ouvir o que as pessoas estavam para dizer. A diferença entre nós é que eu vejo nisto exatamente a prova do respeito pelos moradores, do respeito pelas dúvidas que foram levantadas, e por mais que se possam ter exaltado – e exaltaram-se de todos os lados os ânimos – chegar a uma solução que permita esse contentamento.

E portanto, eu tenho que intervir para dizer que eu vejo a mesma história, mas, se calhar, de outro lado, e deve ser dito aqui.

Em relação à intervenção do Grupo do Partido Socialista, eu acho que concordo, porque eu ouvi uma boa explicação do processo, que concordo, eu ouvi dizer que agora era melhor do que antes, e concordo, e ouvi dizer que agora isso nos traz responsabilidades, e eu também concordo.

--- Fernando Magarreiro (PSD) ---

Esta Assembleia hoje é uma Assembleia um pouco estranha, porque até agora falámos todos que não há dinheiro, não há dinheiro, não conseguimos fazer obras, não conseguimos ter capacidade para fazer obras de manutenção, de investimento, e tudo o mais. Temos um documento de delegação de competências, temos um valor que é entregue pela Câmara Municipal de Lisboa, de 1.525.000€, e estamos a discutir, e a criticar – parece-me – um documento de extrema importância para esta Junta de Freguesia.

E outra coisa que é bom que as pessoas também saibam: estas delegações de competências não foram feitas apenas e só para esta Junta de Freguesia de Belém, pela qual nós estamos aqui; foram feitas para todas as Juntas de Freguesia de Lisboa, de todas as cores políticas, dadas pela Câmara às suas Juntas. Não é um documento único para a nossa freguesia, para os nossos fregueses, onde nos incluímos.

Temos um documento, temos uns valores que vão ser atribuídos à Junta de Freguesia, todos logicamente muito bem retratados e identificados, e estamos a discutir algo, a criticar algo que vem para a nossa freguesia – isto, enfim, é um pouco estranho, o PSD acha um pouco estranho a intervenção que foi feita.

Quanto ao que a Fernanda disse, e também concordo com ela perfeitamente, os eixos programáticos agora estão muito mais claros, e como o Diogo disse, foi um grande salto de qualidade neste contrato de delegação de competências, pela Câmara Municipal de Lisboa e pela Junta de Freguesia.

--- Presidente do Executivo ---

É com muito gosto que faço isso porque, realmente, acho que devo esclarecer. Não acho que seja intencionalmente, mas por desconhecimento, há pessoas que, se calhar, nunca exerceram funções executivas numa Junta de Freguesia, e isso, às vezes, ajuda muito as pessoas a terem mais atenção a certo tipo de situações.

Falando aqui da Fernanda Santos, do PS, diz que há a possibilidade de a Câmara delegar na Junta despesas na educação. Não é verdade, isto é, a Câmara não pode delegar investimento, ou melhor, pode delegar investimento, não pode delegar manutenção. Isto é, a Câmara não pode delegar despesas que são de manutenção, só despesas de investimento nestas delegações, não pode ir substituir a falta de orçamento que temos para as nossas competências próprias com delegação de competências nesta matéria. Podem-se ter feito alguns malabarismos, mas nós não gostamos de malabarismos, gostamos de seguir a letra da Lei à justa.

Agora, está-me a falar aí do mobiliário, isso é diferente, porque aí já é investimento, já é diferente, não é manutenção. Aí, podemos aproveitar isso. Mas, há questões técnicas que, às vezes, quando

não sabemos das situações, temos que ter um bocado de cuidado quando falamos, porque pode não ser muito correto, às vezes, o que estamos a dizer. A Câmara não pode delegar situações que não pode delegar, nomeadamente só pode delegar os poderes que tem, e que são os poderes do investimento; não pode delegar a manutenção, quando a manutenção já é nossa, por questões de reforma e de uma Lei que existe. Pode é ser regularizado isso, depois, em termos de verbas, mas não é através da figura da delegação de competências. Eu penso que uma pessoa, mesmo que não seja jurista, percebe isto, é uma questão de técnica contabilística, mais.

Quando o Josué Caldeira fala que a delegação de competências ainda não está concluída, e já estamos a avançar noutra, isto só se deve tirar o chapéu a esta Junta de Freguesia, que sabe aproveitar o melhor possível as verbas que tem ao seu dispor. Quando nós, de uma forma construtiva e dialogante, não “estalinista”, em que ouvimos as pessoas, não como certos Partidos, que são “estalinistas”, e que apenas decidem sem ouvir a população, mas nós não, ouvimos a população – aliás, muito concorrida, no Caselas Futebol Clube, e fomos recetivos, e depois falámos com as entidades também, que aquilo era delicado, estar a avançar naquela altura, não queria dizer que não se pudesse fazer, com mais ou menos tudo, mas achámos, então, que tudo bem. E não foi a população, foram alguns elementos mais ativos da população, meia dúzia de pessoas, a grande parte da população não estava metida naquilo. Meia dúzia de pessoas – até os conheço todos, e sei os interesses que estavam por trás daquilo.

Mas, de qualquer forma, nós achámos que não íamos fazer um caso por aquilo. Vai ser feita a manutenção daquele espaço, vai ser um polidesportivo perfeitamente adaptado, só não tem um telhado. Esse telhado, que eram trezentos e tal mil euros, vai ser feito, e aproveitámos, posso dizer-lhe que como mais dezanove freguesias de Lisboa aproveitaram – não sei se Carnide também aproveitou, dezanove freguesias de Lisboa aproveitaram – para terminar essa obra ainda este ano, com verbas. Nós estamos a aproveitar esse telhado, a verba dele, para recuperarmos esse campo, para recuperarmos a futura Delegação 2, que é ali ao pé da Igreja da Memória, para recuperarmos o novo estaleiro, que vamos deixar o de lá de baixo, e vamos criar um cá em cima, que já começámos a limpar, porque vai ficar lá em baixo para renda acessível, e também reparámos o futuro armazém, que vai ser onde está o Posto de Limpeza, porque o Posto de Limpeza vai passar lá para cima, e em vez de termos dois postos, com os inerentes custos duplos, quer de água, quer de luz, quer de pessoal, fica tudo em um, que é bastante bom, que está lá em cima, e apenas temos de reforçar depois os meios, viaturas, para realmente transportar os homens numa freguesia tão extensa – que, aliás, é a maior freguesia de Lisboa, geograficamente falando.

Portanto, isso aí só mostra a boa gestão que estamos a fazer da coisa pública. Agora, hoje vamos pôr aqui aos senhores, para nos aprovarem a possibilidade de a data ser até ao final deste ano, para executarmos estas obras com essa verba, e ela não se perder. Somos “formiguinhas” a gerir a coisa pública.

Esta Junta não tem uma má relação com a população. Nós tivemos muitas reuniões com a população, sentimos o apoio, de uma forma geral, da população nesta altura. E repare, nessa altura estava cheio, os pavilhões estavam cheios. Quer num pavilhão cheio, quer numas eleições,

temos sempre sentido o apoio e o carinho da população, graças a Deus estamos muito confortáveis.

Quanto ao *Skate Park*, foi o primeiro *Skate Park* em Lisboa, feito, aquele de Pedrouços, vamos melhorá-lo, reabilitá-lo. Já falámos com os utilizadores, já tivemos várias reuniões com eles, até lá fizemos um torneio com eles, e agora estivemos a falar com esses utilizadores que andam por lá. E mais, soubemos que o atual campeão do mundo de *skate*, Gustavo Ribeiro, começou a sua atividade naquele parque – pretendemos, aliás, dar o nome de *Skate Park* Gustavo Ribeiro. Estamos a tentar pôr-nos em contacto com ele, porque quando fizermos a inauguração desse *Skate Park*, que vai ser fantástico, vai ter o nome do campeão do mundo, que é um português que vive nos Estados Unidos, e que começou ali a sua atividade.

Portanto, não nos vai envergonhar o *Skate Park*, vai ficar digno dos melhores do mundo. E para isso temos uma verba já especial para isto, para preparar.

Posso dizer-lhe outra coisa, sinalização horizontal, é preciso perceber uma coisa: nós temos competências próprias para fazer as passadeiras, mas não temos para as linhas laterais. E as linhas laterais, nós não temos competência para isso, tem que ser a Câmara. E isso tem que ser uma delegação de competências, porque é uma competência da Câmara. Por isso é que está a sinalização horizontal, é para isso. São esses pequenos pormenores que, às vezes, quando estamos nos sítios, nós temos de saber isto melhor, porque as outras pessoas não estão com isto no dia a dia. Mas, é sempre bom, para ir sabendo o que se passa.

Parque Urbano dos Moinhos de Santana, ficou todo arranjado, tem razão. Antes das eleições, ainda muito antes – sim, talvez seis meses – tínhamos aquilo tudo arranjado, estava um brinquinho. Foi vandalizado várias vezes, e a última vez foi de vez, partiram tudo e mais alguma coisa. E, de facto, temos estado a tentar resolver aquilo. Há uma questão que temos de arranjar melhor, e isso não foi nessa vandalização, são as casas de banho, aí demorámos um bocadinho mais, e vamos resolver isso agora. Já estamos a tratar disso, já lá estivemos.

Mas, portanto, nós temos estado a ouvir as populações, não de uma forma “estalinista”, mas de uma forma democrática.

E depois, posso dizer-vos uma coisa, que ficam já a saber: o Belém Rugby Park, como sabem, é algo que nos orgulha. Eu orgulho-me muito, bati-me muito pelo direito de superfície do Belém Rugby Park, que estava chumbado, orgulho-me muito. Mas, não foi no financiamento que eu tive, foi na atribuição daquela situação, a sair de uma zona de prostituição, onde está a célebre chinesa a atuar, era o escritório dela, para que seja ali o Belém Rugby Park. E o que se passa ali é o seguinte: no outro dia, tive um telefonema da Câmara a dizer: “Atenção, vocês não podem pegar no Moinho do Caramão.” O Moinho do Caramão foi, em 2012, ainda com o Dr. Medina na Câmara, dado, em escritura pública, ao Belenenses Rugby Park, está na escritura, e neste momento foi entregue à Judiciária, nesta altura. Em 2012, antes da reforma administrativa de Lisboa, a Câmara de Lisboa, do Dr. Medina, fez uma escritura e pôs isto com o parque. Nós não sabíamos, ninguém

foi ouvido nem achado, nomeadamente a antiga Junta de Freguesia de S. Francisco Xavier, não sabiam de nada.

E agora, mais esquisito ainda – foi em 2012, antes da reforma, e depois da reforma, em 2018, a Câmara faz-nos uma delegação de competências – a Câmara Socialista, não foi esta, que só entrou em 2021 – uma delegação de competências em que aparece o Moinho do Caramão para nós podermos recuperá-lo. Seria o quinto moinho que esta Junta de Freguesia iria recuperar, já recuperámos quatro – era o quinto e último que temos cá. Não podemos. Disseram-me “não podem mexer nisso”, e nós tínhamos uma verba de 35.000€ preparada para reabilitar aquele moinho, não pode ser porque está neste momento já à ordem da Judiciária, está com todo o projeto do Belenenses Rugby Park, não podem mexer nisto.

Só para verem como é que isto é feito, em cima do joelho, estas situações. Eu não acreditei, mandaram-me fotocópia da escritura, em que está lá o Moinho do Caramão no meio daquele campo – que, como sabem, para mim foi uma grande alegria ter conseguido que fosse o Belenenses Rugby Park para aquela zona. Realmente, não gostei foi deste imbróglio todo, em que, de facto, ou com intenção, ou não, por incompetência – ou intenção, ou incompetência – aquilo foi passado para o Belenenses Rugby Park, quando estava previsto nós pegarmos naquilo e transformarmos aquilo numa zona de lazer, com uma esplanada bonita ali, para os caminhantes e para os ciclistas que andam no Monsanto poderem tomar um café e uma bebida, ao pé do Belenenses Rugby Park. Infelizmente, não acredito que vamos conseguir recuperar aquele moinho, e vai ficar, infelizmente – já no outro dia tinha sido assaltado, estava ocupado por sem-abrigo lá dentro, tivemos que os tirar e pôr outra vez tijolos. E neste momento, não acredito que aquilo vá ser recuperado, porque está, neste momento, numa situação em que ninguém vai pegar naquilo. Eu não acredito que o Belenenses Rugby Park, de que eu gosto muito, vá ter verbas para arranjar aquilo.

Era isso que eu queria dizer.

--- Fernanda Paredes (PS) ---

Peço desculpa por pedir novamente a intervenção, acredite que não era minha intenção. Acho que estes trabalhos têm de ser céleres, as explicações têm de ser céleres, mas também há coisas que não podem ficar sempre sem o contraditório.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia habitualmente gosta de referir que nós não somos juristas. Ninguém aqui tem de ser jurista; somos cidadãos aqui, eu sou uma cidadã, e até podia ter só o quarto ano do primeiro ciclo. E portanto, eu estou aqui como eleita pelos fregueses, alguns fregueses que votaram em nós, e é nessa qualidade que aqui estou, enquanto cidadã. E portanto, não me considero desprovida de competências e de capacidades para conseguir fazer uma interpretação, até de Leis, ou jurídica.

E portanto, o Sr. Presidente cria aqui alguma confusão com a questão de estar sempre a referir que lhe foram transferidas competências, e que não tem dinheiro. E portanto, aquilo que eu estava a tentar aqui também demonstrar é que há estes contratos de delegação de competências, o que

quer dizer que há uma transferência de competências, mas também há uma transferência de verbas. Não se pode estar sempre a alegar que não há verbas.

Mas, também como os colegas de outra Bancada concordaram, há dinheiro, e esta é a conclusão principal, porque o Sr. Presidente está aqui sempre a dizer que não se faz isto, ou que não se faz aquilo, que não acontece, porque não há dinheiro, porque foram delegadas competências e não foram delegadas as verbas, e portanto, aquilo que se estava aqui a demonstrar é que também não é assim, não se pode alegar dessa forma, na medida em que há verbas, há financiamentos, pode-se fazer investimentos, e até se podem fazer pequenas reparações, sejam elas no âmbito das suas competências – da Junta de Freguesia, neste caso, porque até isso não conseguimos perceber muito bem. Eu vou ter o cuidado de ir ler também estas questões, para podermos estar os dois aqui num bom esclarecimento, porque, afinal, a Câmara Municipal diz que as competências das pequenas reparações pertencem ao Sr. Presidente da Junta – ou melhor, pertencem à Junta de Freguesia – mas, o Sr. Presidente da Junta estava a dizer que, afinal, não, era a resposta que estava a dar há pouco aqui ao freguês, à Associação de Pais que aqui estava presente. Isto fica tudo um bocadinho confuso.

Mas, Sr. Presidente, acima de tudo, há dinheiro, há dinheiro para resolver os problemas dos cidadãos, e acho que é nisso que o Executivo também se deve concentrar um bocadinho.

Mas, de todo o modo, só para ainda sublinhar, estou aqui como cidadã, não estou aqui como jurista, e também não temos que ser juristas para estar aqui presentes numa Assembleia, fazer parte do Executivo ou da Mesa da Assembleia.

--- Presidente do Executivo ---

Acusou o toque, eu sei que não é jurista, de facto, porque, realmente, pela forma como insiste nisso, é porque não está a perceber nesse aspeto. Eu não estou a culpá-la, está aqui como cidadã, tem outros estudos, tem outro tipo de situação. Nós estamos aqui, aliás, como cidadãos políticos, aqui somos políticos, temos de assumir-nos como políticos, e isso é uma honra, sermos políticos, é das atividades mais nobres que qualquer cidadão poderá ter, a política, e não é preciso ter um mestrado, ou um doutoramento, pode ser a quarta classe, ou nem isso. Não interessa.

O que eu quero dizer, dinheiro, vai havendo, com certeza. As pequenas reparações, é a Junta, com certeza, não há é dinheiro suficiente para isso, porque para isso é preciso ter dinheiro. Como a Câmara não nos pode delegar competências para pequenas reparações, porque isso já é uma competência nossa, a Câmara não pode delegar uma competência que não tem; só pode delegar competências em investimentos, que pode delegar para nós.

Até há pouco tempo, as escolas eram do Governo, a Câmara não podia delegar nada. Aconteceu até uma vez, que estávamos a pensar que íamos fazer uma coisa, ajudar uma escola, e depois eles devolviam-nos, e vimos que não podia ser – pintar umas paredes, e tal. Pintámos e não recebemos nada, porque aquilo ainda estava no Governo, a Câmara não pôde fazer uma delegação de competências para nos devolver esse dinheiro.

Uma pessoa só pode delegar algo quando tem poder para isso. A Câmara só pode delegar o que tem poderes. É correto o que está a dizer, temos as pequenas reparações, mas não temos dinheiro suficiente para isso. São competências próprias, passaram-nos as competências, mas não nos passaram o pacote financeiro. E não pode ser através da figura da delegação de competências que se pode resolver isso. Podem delegar algumas questões, que podem ser investimentos, competências que a Câmara tenha, mas não para este tipo de situações, que são competências próprias das Juntas. Era isso que eu queria explicar.

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD, CDS-PP, PS e IL, e com a abstenção do PCP. -----

PONTO 7 – Apreciação e ratificação da adenda a contrato de delegação de competências entre a Junta de Freguesia de Belém e a Câmara Municipal de Lisboa relativo a vários projetos (“Nova Geração de CDC”) (até dezembro de 2023)

--- Patrícia Campos (PS) ---

Muito rapidamente, tenho aqui três pontos a referir relativamente a este documento.

Um ponto que já referi várias vezes, relativamente ao Polidesportivo de Caselas, e é vontade da população local, que é a existência de um regulamento prévio à requalificação do polidesportivo. Esse assunto já foi abordado aqui, e continua a ser empurrado com a barriga.

Ponto seguinte: o que é feito das intervenções na Rua Alexandre Sá Pinto? Foram feitas? Ótimo, ainda bem.

Outra questão, ordenamento do estacionamento no Restelo de Baixo, desapareceu. Há aqui, no documento anterior, a indicação do ordenamento numa rua, mas era um ponto importante que ficou por esclarecer.

E por isso, acho que é importante esta questão do polidesportivo, para que fique esclarecido o que é que vai ser feito, relativamente ao polidesportivo.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Uma nota só para repor a verdade histórica, relativamente ao comentário que foi feito sobre o comportamento da Junta, relativamente ao ponto anterior. Nós, neste documento que acabámos de votar, tivemos a oportunidade de ter hoje mais informação de por que é que a Junta de Freguesia teve um comportamento diferente daquele que teve anteriormente. A Junta de Freguesia, no contrato de delegação de competências anterior, teve pelo menos três Assembleias de Freguesia em que decidiu não prestar informação à Assembleia de Freguesia sobre os investimentos que queria apresentar. Eu lembro-me, é rever as atas, isso levou a várias iniciativas da nossa parte nesse efeito. Não é a bondade da gestão, nomeadamente da Câmara Municipal.

Relativamente a este ponto da ordem de trabalhos, eu não vou repetir aquilo que disse na intervenção que fiz no ponto anterior, e que este ponto constitui, de facto, uma verdadeira odisséia, hoje continuamos a não saber para onde é que vai voar, onde é que vai aterrar a cobertura do polidesportivo – uma cobertura que andou aí a voar pela freguesia, e que parece que não vai aterrar, porque não vai haver para lado nenhum.

Eu só chamava à atenção do seguinte: ainda bem que a requalificação do polidesportivo vai avançar, é um investimento mais do que necessário e mais do que urgente, mas este jogo, estas andanças deste pacote de investimento, leva-nos a que os três outros investimentos que estão propostos para executar no contrato de delegação de competências, se fosse feita uma análise rigorosa do seu alinhamento com a estratégia que previa o contrato de delegação de competências, estes investimentos não cabiam lá dentro.

E portanto, esta é uma forma de gerir os dinheiros públicos e de implementar processos estratégicos de investimento na autarquia.

--- Diogo Belfort (CDS-PP) ---

Gostava de agradecer ao Partido Socialista porque, de facto, levantou uma questão que eu trouxe aqui durante dois ou três anos, e que tinha pensado referir no período antes da ordem de trabalhos, mas depois, como tinha as moções e os votos, deixei para trás, e depois achei que já era um abuso da minha parte estar aqui a falar tanto, que são as alterações na Rua Alexandre Sá Pinto, que depois de terem sido pedidas por uma boa parte dos vizinhos, dos fregueses, que somos ali o extremo da freguesia, e depois das complicações com a Junta de Freguesia da Ajuda, e com o tempo que a Câmara demorou – o projeto, o Sr. Presidente da Junta apresentou-mo há um ano atrás, e demorou mais um ano, mas finalmente está feito, foram criados mais lugares – e supostamente foram vários anos antes, que foi pedido. Mas, realmente, está feito, há mais lugares, e mais do que isso, há um trânsito mais domesticado, nomeadamente de manhã, por causa das escolas que ali estão presentes, e isso foi uma grande melhoria, e era uma necessidade que os moradores e os fregueses tinham pedido há muito tempo.

--- Pedro Lancastre (IL) ---

A minha questão prende-se com a capacidade da Junta a nível de recursos humanos para efetuar, não só esta adenda, como também o ponto anterior, que eu votei favoravelmente, porque estou cansado de ouvir o Sr. Presidente dizer que tem cento e oito pessoas, mas que não chega para tudo aquilo que tem. E nós vemos aqui um aumento das competências, eu vejo um aumento de dinheiro, mas não vejo capacidade nesta Junta, em termos humanos, e se calhar organizativos, para cumprir estes dois pontos.

Mais, também não vejo nenhum plano de como é que isto vai ser feito, um plano mensal, com *milestones*, para ver quando é que as coisas vão ser feitas, porque nós, Iniciativa Liberal, e julgo que os outros, vamos querer saber como é que as coisas estão feitas, e não chegarmos à próxima reunião, ou ao próximo ano, e dizer que nada está feito, nem saber em que ponto estamos.

Custa-me aqui aprovar um documento sem plano, não ter plano, e custa-me aprovar um documento que eu não acredito que a Junta de Freguesia tenha capacidades humanas para cumprir estes planos.

Era esta a minha questão.

--- Presidente do Executivo ---

Antes de mais, quero agradecer ao Diogo Belfort pelas felicitações por termos finalmente acabado a Rua Alexandre Sá Pinto, que aquilo, às vezes, parecia o Bangladesh, ao fim da tarde, era uma coisa incrível, ninguém conseguia cruzar, tudo ali empanturrado. E portanto, uma coisa tão simples, como é que a anterior Câmara não conseguiu resolver aquilo? E tivemos que ser nós, neste momento, com a atual Câmara, a resolver essa situação. Uma coisa tão simples, ou era realmente porque não quiseram resolver aquilo nas eleições, mas está resolvido.

Mas, não é só essa, outra que também já está resolvida, foi agora também há duas semanas, a zona do Largo do Galvão, também já está resolvida. Uma coisa tão simples, foi reunir com a população e resolver a zona também, dos sentidos de trânsito de toda aquela zona do Largo do Galvão, ganhou mais trânsito, as pessoas ficaram contentes, houve abaixo-assinados. Estivemos em interação com a população, e ficou resolvido, aquela zona do Largo do Galvão, que era uma coisa em que também ficava sempre um bocadinho aborrecido por não se resolver uma coisa tão simples.

Outra, na próxima semana – já está, praticamente, já se arranjou o muro, e tal – na próxima semana também já tenho concretizada, vai ser hoje ou amanhã concretizada a questão da Vila Correia, também já está resolvido, já se falou com as pessoas, já se resolveu tudo, e portanto, vai ficar com sentido único ali. Também está resolvido.

Vamos a mais, a zona das GIRA, também está tudo finalmente a andar. A DGPC, que depende do Governo, chumbou – imaginem – um parque de GIRA naquele passeio grande em frente à florista de Belém, chumbou aí um parque de GIRA. Temos que arranjar um outro sítio agora, já tínhamos mais ou menos dito para pôr lá o parque de bicicletas, para tirar o que está no meio da rua, na Avenida da Torre – foi uma bonita obra da Câmara Socialista, pôr um parque de GIRA no meio da Avenida da Torre, porque deviam querer transformar aquilo na Travessa da Torre, diziam que aquilo estava no meio porque iam aumentar aquilo, e iam pôr ainda mais passeio depois daquilo, ficava com um sentido para baixo e outro sentido para cima. Parece que está tudo louco, mas não está, era assim mesmo que estava previsto, e conseguimos evitar isso. Isso aí está resolvido.

Estacionamento no Bairro do Restelo, eu vou dizer-lhe uma coisa, para lhe ser sincero: temos vários projetos para ali, já mostrei disponibilidade de avançarmos com uma coisa sobre isso. Muito sinceramente, o que eu primeiro quero fazer – porque não sou “estalinista”, e gosto de ouvir a marcação – vou marcar uma reunião para aqui para esta sala, para as pessoas virem dar aqui a cara, e vamos discutir isso, e com as pessoas do Bairro do Restelo também, fundamentalmente. E se for necessário, vai-se fazer um referendo – quatrocentas e tal moradias, cada uma com um

voto, e vamos depois ver isso. Eu não quero tomar decisão sem isso, porque tem prós e contras. Mas, gostava de ficar com isso resolvido. Sou uma pessoa que gosta de decidir as coisas. Mas, não admito uma coisa, que venham outros de fora decidir pelos que estão lá dentro.

Portanto, vamos ouvir toda a gente, toda a freguesia, e vai ser aqui, e isso vai ser o próximo passo, como temos feito – fizemos isso com a Alexandre Sá Pinto, fizemos isso com o Galvão, fizemos isso com a Vila Correia, vamos fazer com o Bairro do Restelo, que era uma coisa que eu também gostava de resolver, fundamentalmente com as pessoas que vivem no Bairro do Restelo também. Mas, toda a gente é convidada a participar. E na altura adequada, vamos marcar isso, porque, realmente, gostava de pelo menos dar os primeiros passos. Vai ser uma sessão aberta.

Quanto à questão ali do Pedro Lancastre, da IL, eu só faço uma pergunta: põe primeiro as meias ou as botas? Vamos lá ver uma coisa, nós neste momento ainda não temos as verbas, estamos a tratar disso, das verbas, já tem aqui o montante global. Depois de isto ser aprovado, como esperemos que seja hoje, nessa altura já temos projetos para começarmos a avançar e a calendarizar. Mas, isto tem que ser feito na altura certa, na altura em que esteja aprovado. Agora, já temos orçamentos que já pedimos para essas situações, para avançarmos o mais rapidamente possível, que, como sabe, para já, é até ao final do ano que temos que fazer isso, vai ser muito rapidamente porque a Câmara também tem melhorado muito nestas situações.

Mas, posso dizer-lhes uma coisa: houve dezanove freguesias que não conseguiram acabar, e nós fundamentalmente por causa da cobertura, porque o Instituto de Conservação da Natureza e meia dúzia de pessoas ativas, que falaram pelos restantes. Os restantes não apareceram, tudo bem, ficou assim. Mas, sabe uma coisa? Dessas dezanove freguesias, a única que é do PCP também tem, também tem agora, hoje, um protocolo das novas gerações para acabar até 2023, até ao fim do ano. A Junta de Freguesia de Carnide, a única que o PCP tem, também é uma das dezanove que não acabou os contratos anteriores, e que vai agora acabar ao longo deste ano. Portanto, tal e qual como nós. Portanto, é só para saber, se calhar não sabia, tem que pedir aos seus camaradas do Partido para o elucidarem sobre essa matéria, porque, realmente, convinha saber isso antes de nos estar a atacar, a dizer que ainda não acabámos, vocês também ainda não acabaram, na vossa única Junta de Freguesia.

Depois, tinham-nos falado aqui do polidesportivo. Não, o regulamento, digo-lhe já uma coisa, vamos fazer o regulamento, temos já o esboço, temos um esboço feito. Mas, ao contrário do que dizem, não está previsto – repare uma coisa, é a mesma história das botas e das meias, primeiro temos que ter aquilo feito, e depois faz-se o regulamento. Nós ainda não temos definido como é que vai ser o modelo de gestão daquele parque. Uma coisa é certa, não vai ficar ao “Deus dará”, vamos gastar dinheiro público. E nós, desculpe lá, eu, pelo menos, quando estou a mexer em dinheiro público, sou tão ou mais criterioso do que se fosse com os meus dinheirinhos. Portanto, aquilo não vai ficar ali ao abandono, e vamos tentar fazer todos os meios para que ninguém vá lá vandalizar e estragar aquilo que vamos fazer com o dinheiro de nós todos.

Isso, esteja descansada, que o regulamento há de aparecer. Mas, o regulamento tem que ser feito depois de vermos como é que aquilo vai funcionar. Para já, temos que reabilitar aquele espaço, e rapidamente e com urgência, e em força.

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD, CDS-PP, PS e IL, e abstenção do PCP. -----

PONTO 8 – Apreciação e ratificação do contrato interadministrativo e de cooperação entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Belém com vista à otimização das infraestruturas e recursos ao nível da Higiene Urbana (2023)

--- Josué Caldeira (PCP) ---

É uma observação muito rápida, Sr. Presidente. Esta proposta vem desacompanhada de um documento que era fundamental para nós percebermos o que é que estamos a fazer, e por que é que isto acontece, que é o relatório técnico operacional, referido como anexo, e que não acompanha a proposta.

E portanto, quero sublinhar isto, e aproveitar para fazer uma pergunta, que é uma verdadeira pergunta, porque não se consegue perceber do texto da proposta: em concreto, isto é para quê?

--- Fernanda Paredes (PS) ---

Só para constatar que este valor atribuído é idêntico ao de 2019, 356.000€, tal como o contrato seguinte, da delegação de competências entre a Câmara e a Junta de Freguesia, relativamente à recolha de resíduos – já agora adiantava-me, para não fazer um novo comentário – também é idêntico.

Recordava que houve algumas dificuldades, ou alegava-se algumas dificuldades relativamente à pressão turística, e que a mesma não tinha sido contemplada, e por isso a Junta de Freguesia tinha sido prejudicada na atribuição desta verba no anterior mandato. E portanto, a destacar que a verba se mantém igual, possivelmente ainda não foram atualizados os valores relativamente à pressão turística, o que é lamentável.

--- Presidente do Executivo ---

Sr. Presidente, só para dizer o seguinte: de facto, a verba é a mesma, apesar de já termos tido reuniões muito participadas, com todos os Presidentes de Junta, com a Vereação, e o próprio Presidente Moedas, à frente de toda a gente, pelo menos na nossa disse que tínhamos razão, e que iria ser melhorada a verba, porque a forma como os critérios tinham sido definidos tinha sido uma verdadeira injustiça. Posso dizer-lhe que ficámos no Top6 das mais turísticas e culturais freguesias de Lisboa, quando a Top1 tem 1.300.000€, nós temos 356.000€, depois de termos refilado.

Mas, como agora já não havia tempo para estar a reformular isso, ficou decidido que este ano ainda vai ser assim, mas para o próximo ano, se virem bem, isso é só até ao final deste ano, vai ser revista a verba para os próximos anos, subsequentes, para ver se chegamos pelo menos ao pódio.

Mas, de facto, é, na prática, idêntica. Por quê? Porque vai acabar aquele critério dos hotéis e do alojamento local, e vai passar a ser a incidência turística, que é claramente grande. Posso dizer-vos que no outro dia me disseram lá, estávamos a falar sobre isso, que eles detetaram pelos telemóveis que a zona de Belém era daquelas que mais incidência turística tinha, por causa dos telemóveis, durante o dia.

E por isso, isso vai ser tido em devida conta. E portanto, estamos esperançados que vamos ter mais apoios agora, no próximo ano.

--- Tiago Pessoa (Vogal) ---

Só para complementar aquilo que o Sr. Presidente já referiu, em relação à questão do membro do PCP, Josué, sobre para que é que serve. Na prática, serve para reforçar os meios da higiene urbana. E portanto, aquilo que nós temos vindo a fazer é, não só um investimento em equipamentos de varredura manual, e varredura automática, de equipamentos de larga capacidade. Desde a implementação deste modelo de delegação de competências, com este reforço de valores, nós adquirimos uma varredora de quatro metros cúbicos, uma varredora de dois metros cúbicos, renovámos toda a frota de cabines duplas de caixas abertas para transporte de pessoal, de meios e de contentores para fazer todo o apoio na via pública, temos também outro protocolo, que é de apoio à parte dos lixos indevidamente depositados nos ecopontos e nos vidrões, onde também fizemos investimento em equipamentos e em pessoal para poder fazer esse trabalho.

Na prática, a resposta é simples, quer dizer, o dinheiro está totalmente alocado para reforço de meios, equipamentos, e também recursos humanos. Portanto, há pouco, quando falávamos também sobre a questão do reforço de pessoal no Mapa de Pessoal, e o facto de termos aumentado o Mapa de Pessoal precisamente na higiene urbana, foi precisamente fruto também do incremento de valores que tivemos por via da transferência de verbas destes contratos de competências. É por isso que também estamos a fazer um reforço de pessoal.

Sobre o relatório técnico, eu julgo que é um documento anexo, um *Excel* onde tem, depois, a informação detalhada das intervenções, rua a rua, e das diferentes formas de intervenção que fazemos, desde varredura a limpeza de papeleiras, também limpeza de vias, etc. Há um documento em que nós fazemos um reporte trimestral à Câmara, onde enviamos todas essas informações detalhadas das intervenções que fazemos em todas as vias. Eu julgo que é o *template* com esse relatório que depois nós preenchemos como reporte para dar justificação daquilo que estamos a efetuar, por via do reforço destas competências.

--- Presidente do Executivo ---

Agora, relembro, isto é bastante importante para nós, mas também para a cidade, porque a Câmara, com estes contratos e conosco, também poupa muito dinheiro, e torna a cidade mais limpa, como é evidente, com o apoio de todos nós.

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 9 – Apreciação e ratificação de contrato de delegação de competências entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia de Belém para recolha de resíduos indevidamente depositados junto de ecopontos de superfície, ecopontos subterrâneos e vidrões (2023)

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 10 – Apreciação e ratificação do Regulamento da 9.ª Edição da Corrida de Belém 2023

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 11 – Apreciação e aprovação do Regulamento para Atribuição de Bolsas de Desporto a Jovens dos 6 aos 16 anos residentes na Freguesia de Belém (Ano Letivo 2023/2024)

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Dado o enquadramento que é feito nos considerandos, nós gostaríamos de colocar a questão de saber qual foi o processo de identificação desta necessidade, isto é, como é que isto surgiu. Ouviram-se, por exemplo, os clubes? Quais são as necessidades reais que existem nesta matéria, nomeadamente atendendo à fundamentação do regulamento?

Atendendo ao atual panorama socioeconómico, ao aumento do custo de vida, e com o objetivo de compensar os efeitos da inflação na perda de poder de compra das famílias, e vai por aí adiante – e eu creio que este é um problema real – o que nós não percebemos é por quê esta população em específico. Como é que este problema surgiu?

E depois, há um pormenor do regulamento que nos surpreende significativamente. Se isto é um problema real – e é, o efeito que a tendência e a trajetória das taxas de juro e da taxa de inflação têm tido sobre o poder de compra das famílias – se é tão importante dar resposta a esta questão, depois somos confrontados: “o valor das bolsas a atribuir a cada ano será objeto de decisão posterior da Junta de Freguesia de Belém.” Isto é, então não é possível definir um valor? Por que é que isto fica assim vazio? Isto é, nós estamos aqui a passar um cheque em branco – não é que isto seja muito relevante, obviamente, e não vai haver grandes problemas na gestão dos dinheiros

públicos nesta matéria, mas pronto, resumindo e concluindo, como é que este problema, como é que esta necessidade surgiu, e por quê, sendo uma necessidade tão premente, esta questão que me parece que é central, que é percebermos o que é que isto é, fica para amanhã.

--- Presidente do Executivo ---

Isto nasceu, naturalmente, com o diálogo, isto é, da nossa atividade diária com as pessoas da parte social, da parte desportiva, da parte da educação, tudo isso. É o diálogo. E com o diálogo verificámos, e com a experiência – posso dizer-lhe, pela minha experiência, quando jogava *rugby* no Belenenses, não me lembro de pagarmos alguma coisa para jogarmos *rugby*. Hoje em dia, sim, temos de pagar uma quota, e há gente que não consegue pagar, hoje em dia. Antigamente se calhar também não, pronto, mas não pagávamos.

E os clubes têm um importante papel, às vezes até a substituírem-se ao desporto escolar, como hoje em dia ainda fazem isso.

Mas, precisamente como não existe um bom desporto escolar, e são os clubes, praticamente, que fazem esse papel, nomeadamente o CIF, o Belenenses, o Pedrouços, o Belém Clube – enfim, não quero estar a privilegiar – estamos abertos a todas estas instituições, em que possamos apoiar, em parceria com o clube – imagine, vou dar-lhe um exemplo: imagine que uma bolsa pode ser de 250€, o que é significativo ao fim do ano para várias pessoas, 250€; pode-se partilhar isso com o clube, dizer ao clube que queremos fazer um acordo, vamos apoiar aquela pessoa, e vamos repartir isto aqui, fazer uma parceria, por exemplo. Temos parcerias com clubes – temos, por exemplo, com o Belenenses, uma parceria que temos com o CIF, também outras parcerias. Portanto, nós podemos fazer isso com o Pedrouços.

Está ainda em aberto, porque é uma primeira vez, sentimos que era importante para aliviar as famílias, para permitir que o maior número de pessoas possa fazer desporto, e que não possam deixar de o fazer por falta de meios económicos. Isto é uma realidade, as pessoas estão a viver muito mal. E portanto, nós, que estamos no terreno, temos que ser sensíveis a isto. E o desporto é fundamental, se uma pessoa fizer desporto está menos vezes doente, e por aí fora. E como isto, hoje em dia, já implica demasiados encargos – depois há os seguros, há todas essas questões que estão subjacentes – achámos por bem, aqui o pelouro do desporto fez esta proposta, com que nós concordámos.

E eu vou passar a palavra para especificar um pouco melhor. Por isso é que está em aberto, porque podem não ser todas iguais as bolsas. Em cada caso específico, em cada modalidade – há aí modalidades que são escolhidas, salvo erro umas seis, que achámos que eram as mais significativas, para já, e vamos fazer uma experiência. Mas, eu acho que com isto, também para quem tem um Orçamento, como falam, de sete milhões e tal, se gastarmos aqui sete mil e tal, dez mil euros, no meio disto tudo, é um grande apoio que vamos dar à população, e acho que o investimento no desporto nunca é dinheiro perdido.

--- Tiago Pessoa (Vogal) ---

Só também em complemento, com mais algum detalhe, em relação às questões que formulou, de facto, isto trata-se de um primeiro regulamento – aliás, a esse propósito, no art.º 10.º há aqui uma ligeira gralha, que eu vou pedir para corrigir, que não são quarenta, mas são cinquenta bolsas, porque no preâmbulo refere cinquenta, e depois há aqui uma referência a quarenta. São, de facto, cinquenta, pedia depois que isso ficasse anotado devidamente em ata, para que fosse corrigido.

Mas, de qualquer modo, a necessidade surge – o Presidente já falou sobre isso, mas entrando um bocadinho mais em detalhe – nas conversas que nós temos com os clubes da freguesia, nós sabemos que há situações de pessoas que têm carências económicas graves para poder participar, e que muitas delas, às vezes, ficam fora e não conseguem ter um desporto organizado e com possibilidade de poderem ser federados e competirem. E essa situação é uma realidade que existe, e existe em diferentes modalidades, seja no basquetebol, no *rugby*, no andebol, no futebol, etc.

Fomos auscultando os clubes, trabalhamos muito em parceria com o Belenenses, porque tem aqui também uma pegada bastante maior na freguesia, tem diversas modalidades, etc., mas também há outros clubes, como o CIF, como as nossas coletividades. Quer dizer, nós podemos almejar incluir um conjunto vasto de jovens que tenham dificuldades para poder praticar desporto – e como o Presidente dizia há pouco, antigamente quase que não se pagava para poder fazer desporto, mas hoje em dia, em média, uma anuidade de uma criança numa modalidade desportiva custa à volta de 400€ por ano – anda na ordem dos 35€, 40€ por mês, é o normal, e às vezes até aos 500€, depende dos casos.

Portanto, aquilo que nós previmos, embora não esteja aqui – e por isso é que ficou esta questão, relativamente à definição dos valores, é que as bolsas podem ser para diferentes temáticas: uma, para ajuda na comparticipação da anuidade para a prática desportiva durante um ano letivo completo, mas pode ser, por exemplo, para ajudar na inscrição, no pagamento da inscrição na Federação, pode ser para pagar algum tipo de equipamento ou material que seja necessário para o praticante poder praticar o seu desporto em condições.

E portanto, aquilo que deixámos aqui, aquilo que nós vamos fazer é: vamos fazer uma auscultação à população e identificar os casos todos, não só com a nossa ação social, mas identificar esses casos todos que são potencialmente elegíveis, os clubes também têm formação, têm referenciados potenciais praticantes nestas condições, que podem ser incluídos neste projeto. E portanto, na prática, aquilo que nós definimos foi um montante máximo, que andarà na ordem dos 10.000€ - foi esse mais ou menos o valor que pensámos, mas que, depois, eu acho que devemos consagrar numa segunda versão deste regulamento – e em que, na prática, poderá servir não só para esta questão... Eu acho que, de facto, onde haverá mais necessidade é na comparticipação das anuidades para a prática desportiva. Aquilo que nós queremos e temos falado com os clubes é que a Junta de Freguesia estaria na disponibilidade de comparticipar 50% desse valor, e queremos também que o clube participe os outros 50%, isto é, que isente o restante ao praticante, para que ele possa, de facto, usufruir da bolsa sem qualquer custo.

Portanto, definimos aqui um teto, mas, como disse, vamos também iniciar um processo para identificação das pessoas, queremos que isto possa estar já em vigor durante este próximo ano letivo, colocámos cinquenta como um objetivo, colocámos seis modalidades, mas queremos ter mais modalidades, se possível queremos ter mais bolsas, se, de facto, tivermos mais casos também que sejam elegíveis para o regulamento.

E portanto, essencialmente, eu julgo que era isto. E claro, é uma medida que está no nosso programa eleitoral, e portanto, mais do que tudo, é uma medida que nós estamos a concretizar e a propor aqui a esta Assembleia, e que esperamos que possa acolher o vosso voto favorável.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

É só para sublinhar que no diálogo que existe entre a Junta de Freguesia e a Assembleia, foi agora introduzido um elemento que altera o diálogo, e para melhor, foi o limite. A Junta de Freguesia já tinha predefinido um limite de 10.000€, isso era importante para nós sabermos do que é que estávamos a falar. Eu já vi que 10.000€ a dividir por 250€, dá quarenta. Pronto, é este o raciocínio que foi feito. É um elemento importante para nós sabermos do que é que estamos a falar, e creio que dada a função e o objetivo, deve inclusivamente ser avaliado, e futuramente ver-se a oportunidade ou a possibilidade de se alargar ainda mais este orçamento.

--- Patrícia Campos (PS) ---

Muito rapidamente, eu não queria falar, mas, realmente, é uma pena nós só termos oportunidade para falar destes temas nestas Assembleias, cuja agenda é tão extensa. Mas, não posso deixar de referir que é uma pena serem somente estas modalidades, porque poderiam atribuir estas bolsas e não estarem as modalidades referidas, porque nós temos pelo menos duas modalidades na nossa freguesia que são realmente um *Ex-Libris* – uma delas é o ténis, porque temos o CIF, para além do futebol, e outra é a vela, onde temos a Associação Naval de Lisboa e o Clube de Algés.

--- Presidente do Executivo ---

Nós, com o CIF, temos um acordo com o projeto de clubes, mas sim, é evidente, isso é o que o Dr. Tiago está a dizer, quer dizer, é uma primeira experiência. Aliás, a vela, ainda no outro dia já estive aí também na Associação Naval de Lisboa a acompanhar atividades deles, e um dos objetivos é realmente apoiar também a prática dos desportos náuticos na nossa freguesia, como é evidente. É um dos nossos objetivos. E o ténis também.

Vamos a pouco e pouco, experimentando, mas aí estamos todos de acordo, penso eu.

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD, CDS-PP, PS e PCP, e a abstenção da IL. -----

PONTO 12 – Apreciação e aprovação do Regulamento de Atividades Físicas e Desportivas da Junta de Freguesia de Belém (Ano Letivo 2023/2024)

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 13 – Apreciação e aprovação de alterações ao Regulamento do Psicobelém – Gabinete de Apoio Psicossocial da Freguesia de Belém

--- Tiago Veloso (PS) ---

Eu sei que estamos quase, mas não é por ser o último ponto, ou o penúltimo ponto, que tem menos importância do que o primeiro.

Nós vamos votar contra, e temos que justificar por que é que votamos contra. Nós estamos aqui nesta Assembleia a dizer que há dinheiro, não há dinheiro, Medina, competências, há dinheiro, não há dinheiro, o Orçamento passa de 4.000.000€ para 7.000.000€, e depois temos aqui uma proposta de alteração do regulamento que, para além de dar gratuidade – o Executivo pode contrariar e esclarecer-me se não é assim, mas para além de dar gratuidade aos funcionários da Junta, e bem, é uma alteração de regulamento em que, no fundo, a intenção é dar castigo. Eu passo a explicar: passa a aplicar um castigo, que é que caso as pessoas que recorram a consultas de psicologia, psicomotricidade, terapia de fala, e que, obviamente, se estão a recorrer à Junta de Freguesia é porque, em princípio, não podem recorrer de outra forma ao SNS, ou até a entidades privadas, têm um castigo caso não desmarquem a consulta quarenta e oito horas antes. Esclareça-me se não é assim. E o castigo é que têm que pagar na mesma. Se não pagarem, o que é que lhes acontece? É interrompido o processo terapêutico.

Então e nos casos sociais, em que é gratuito, e bem, o que é que acontece? Se não desmarcar a consulta, é interrompido o processo terapêutico, é mais um castigo. Não desmarcam, tiveram um imprevisto à última da hora, não desmarcam, processo terapêutico interrompido.

E depois, nós podemos estar aqui a falar também de outro facto, que aqui não é um castigo, que é: nós estamos a falar de uma Junta de Freguesia que tem 7.000.000€ de Orçamento, que se gaba de ter 1.000.000€ de saldo de gerência, e depois, para os casos sociais, de insuficiência económica, mesmo aí, as terapias de fala, por exemplo, têm um pagamento de 5€. É o que está aqui, em casos de insuficiência económica, a atestar pelos serviços de ação social, o custo das consultas de psicologia, psicomotricidade e terapia de casal são gratuitas, e as consultas de terapia de fala, ou outras terapias, terão um valor de 5€. Isto é, uma Junta de Freguesia que tem um Orçamento destes, é para quê, se até pessoas com insuficiência económica têm aqui a possibilidade de ter uma consulta de terapia de fala, provavelmente não têm acesso ao SNS como deviam ter, não têm seguro nem dinheiro para pagar um seguro, nem para ter acesso a um serviço privado, e a Junta cobra-lhes 5€?

Pode não concordar, mas nós estamos contra. Eu acho que as consultas deviam ser gratuitas, e por isso é que estamos contra que seja cobrado um valor, até a quem tenha insuficiência económica.

--- Pedro Lancastre (IL) ---

O tema é o mesmo, mas a expressão é completamente diferente. Nós não gostamos muito da palavra “gratuito”, não existe gratuidade, tudo tem um custo. Não há almoços grátis. Portanto, não concordamos com a gratuidade para os funcionários da Junta, nem para qualquer pessoa, há sempre um custo que deveria ser atribuído, tanto a uns, como a outros – pode ser menor, pode ser igual.

Quanto às pessoas pagarem por não irem à consulta e não dizerem nada, acho que é a norma corrente no mercado de trabalho, seja ele qual for, acho que poderá haver justificação.

Mas, apenas isso, nós não concordamos com a gratuidade referida aqui no Ponto n.º 6 para os funcionários.

--- Tiago Veloso (PS) ---

Só mesmo um apontamento, Presidente. Eu também recorro a serviços privados, e até numa CUF, num Hospital da Luz, num serviço privado, não nos cobram por cancelar as consultas. Mas, a Junta de Freguesia cobra.

--- Presidente do Executivo ---

Eu pensei que ia assistir aqui a um caso idêntico, um caso exemplar, da “santa aliança” entre os socialistas e os liberais, mas pronto, há ainda uma pequena diferença nas oposições.

Agora, sim, de facto, nós, como somos sociais democratas e democratas cristãos, tentamos apoiar o máximo a população. E não é com a gratuidade e com a desresponsabilização que vamos resolver isso. Se as pessoas se querem socorrer – repare, uma consulta não tem este preço, isto é altamente bonificado, e é difícil arranjar consultas de terapia da fala, é muito difícil. E por isso mesmo é que começámos a ver, como isto era tão barato, as pessoas às vezes não vinham, e isso é um desrespeito total pelas outras pessoas que estão em lista de espera para serem atendidas. Quem ouvir isto, percebe.

Por exemplo, o PS está a destruir o país com os subsídios, nós não temos ninguém para trabalhar porque as pessoas ficam com o subsídio, que é quase um ordenado – são baixos, como é evidente – e portanto, não há ninguém para trabalhar, porque anda tudo à cata do subsídio, a tentar ter o subsídio que vocês criaram. O país está a ser destruído por causa disso.

E neste caso específico aqui, nós temos taxas muito baixas para este tipo de atividade, e é uma grande lista de espera. Eu estou a explicar-lhes o que acontece, é uma questão de respeito para com as pessoas que recorrem a este serviço, porque as pessoas estão em lista de espera há muito tempo – é muita gente, porque são condições altamente vantajosas – e depois há outras pessoas que desistem, e outras pessoas que perderam a oportunidade. Como nós somos sociais democratas e democratas cristãos, gostamos de fazer uma coisa equitativa. Eu sei que vocês estão habituados aos castigos do Medina, ele gosta de castigar as pessoas, eu sei como é que era, na prática. Sabe que, na prática, eu sofri os castigos do Medina, sei que ele é castigador. Mas, a mim, só me castiga quem pode, não é quem quer.

Agora, de qualquer forma, você gosta muito da palavra “castigar” porque está habituado a isso, imagino isso. Mas, pronto, estou a explicar-lhes que nesta situação nós somos sociais democratas e democratas cristãos, as pessoas estão sempre em primeiro lugar.

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD e CDS-PP, votos contra do PS, e abstenções do PCP e IL. -----

PONTO 14 – Informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia

--- Presidente do Executivo ---

Se não se importam, nós íamos distribuir pelos membros da Assembleia algo que já nos foi pedido no outro dia, e que temos aí para entregar, que é um quadro com a execução do anterior contrato de mandato. Obviamente, era 1.045.000€, está com menos trezentos e tal mil euros, que foi o que não foi executado, e que vai ser executado agora neste projeto das novas gerações, que acabou de ser acordado. Mas, têm aí a informação do que foi executado.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Sr. Presidente, era só para fazer um comentário a este episódio. Já não é a primeira vez que isto acontece, se calhar o Sr. Presidente gostaria muito que nós agradecêssemos esta informação, só que a Assembleia de Freguesia é um órgão fiscalizador da gestão e da atividade da Junta.

E portanto, eu acho que esta é a prova evidente de que a Junta e o Sr. Presidente não têm uma má relação apenas com o povo; têm uma má relação com a Assembleia de Freguesia. E este episódio, eu volto a repetir, é o terceiro que já aconteceu – eu posso dizer-vos – e é bastante revelador disto.

E o PCP, se calhar até um bocado numa posição conservadora, hoje não faz mais do que lamentar este episódio triste.

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

---Nos termos e para os efeitos do art.º 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no n.º 4 do art.º 29.º do Regimento da Assembleia de Freguesia de Belém, foi feita a leitura da Minuta da Ata da 2.ª Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Belém 2023 pelo Presidente da Assembleia de Freguesia e colocada a votação, tendo esta sido **aprovada** por unanimidade e assinada pelos membros da Mesa, com a finalidade de conferir eficácia imediata às deliberações aprovadas. -----

---Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada por todos os elementos que compuseram a Mesa da Assembleia. -----

.....
Presidente da Assembleia de Freguesia

.....
1º Secretário

.....
2ª Secretária